

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

NICOLAS PEREIRA HAAG

**SERIAM METÁFORAS REDUTÍVEIS AO DISCURSO LITERAL? UMA ANÁLISE  
DAS RESPOSTAS DE BLACK, DAVIDSON E SEARLE AO DESAFIO DA  
PARÁFRASE**

Porto Alegre

2022

NICOLAS PEREIRA HAAG

**SERIAM METÁFORAS REDUTÍVEIS AO DISCURSO LITERAL? UMA ANÁLISE  
DAS RESPOSTAS DE BLACK, DAVIDSON E SEARLE AO DESAFIO DA  
PARÁFRASE**

Trabalho de Conclusão do Curso de graduação apresentado ao Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Francisco Estrella Faria

Porto Alegre

2022

## **AGRADECIMENTOS**

Sendo este um trabalho de finalização de curso, estendo, aqui, os agradecimentos a todos que foram significativos nesse percurso acadêmico como um todo. Em primeiro lugar, agradeço à minha família por acolher e apoiar a minha decisão de cursar filosofia. Em especial, ao meu pai, pelo entusiasmo e disposição em discutir filosofia comigo. À minha namorada, Marriah, pelo carinho, amor e paciência nos muitos dias de incessante pesquisa para a conclusão deste trabalho. Aos amigos de longa data, Campello, Veras e Vitor com os quais já discuti um bocado de filosofias e que foram, certamente, muito determinantes na minha formação intelectual e escolha pelo curso. Aos muitos amigos feitos na UFRGS, Diogo, João, Gustavo, Darlan, Breno, Rafael, Victor, entre outros, pela parceria, os grupos de estudos e as proveitosas discussões. À minha professora e orientadora de iniciação científica por vários semestres, Sílvia Altmann, por muito: pelo constante comprometimento e disponibilidade nas orientações e seminários; pelo esforço (bem-sucedido) em tornar palatáveis as mais diversas passagens de Kant e pelo acolhimento em momentos difíceis do percurso acadêmico. Ao professor Paulo Faria, pela orientação e a atenção na leitura e correções das versões preliminares deste trabalho. Aos muitos outros professores e professoras do departamento, dentre os quais, em especial, os professores Nikolay Steffens e Raphael Zillig e a professora Lia Levy, pelas aulas e seminários. Por fim, à UFRGS, pelo oferecimento de um serviço público, gratuito e de excelência. Obrigado!

*“Seeing as is not seeing that”*  
*Donald Davidson, What Metaphors Mean*

## RESUMO

Segundo Mark Johnson (1981, p. ix), “We are in the midst of metaphormania”. Por ‘metaphormania’, Johnson se refere a um sentimento verificável em uma extensa bibliografia que constitui um debate filosófico cujas origens remontam ao artigo *Metaphor* (1954) de Max Black e que se estende até hoje. O presente trabalho tem por tema uma das várias questões tratadas neste debate: a de se metáforas seriam *reduzíveis* (ou não) ao discurso literal, isto é, a de se tudo aquilo que metáforas podem expressar pode ser reproduzido (ou não) por vias literais. Para isso, foram analisadas as respostas de três autores (Max Black, John Searle e Donald Davidson – que representam, cada um, uma abordagem distinta acerca do significado de metáforas) – ao que chamei de *desafio da paráfrase (DP)* (cuja formulação é a seguinte: poderiam metáforas ser plenamente parafraseadas por expressões literais?), um desafio cujas respostas podem oferecer um material útil para a questão da redutibilidade de metáforas. Essa análise foi feita fundamentalmente por três etapas. Em primeiro lugar, (1) esclareci em que consiste o desafio da paráfrase, quais são os seus elementos constituintes, suas pretensões (e sua utilidade para a questão da redutibilidade de metáforas) e seus limites. Feito isso, (2) reconstruí as respostas de Black, Searle e Davidson ao desafio e, por fim, (3) busquei estabelecer o que funda a divergência entre elas. A partir disso, foi defendido que a divergência de respostas entre os autores está fundada, em grande medida, nas formulações específicas que cada um deu ao desafio da paráfrase. Tais divergências de formulação, por sua vez, estão fundadas nas diferentes concepções de significado possuídas por eles. Além disso, foi defendido que a divergência de formulações gerou, na mesma medida, uma diferença nas próprias pretensões que uma resposta ao desafio poderia ter, de forma que em alguns casos, o confronto ao DP sequer se mostrou útil para a questão acerca da redutibilidade de metáforas.

**Palavras-chave:** metáfora; irredutibilidade; paráfrase; significado; Davidson.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>2. O DESAFIO DA PARÁFRASE E OS SEUS ELEMENTOS CONSTITUINTES</b> .....	<b>9</b>
2.1. <i>Paráfrases plenas</i> .....	9
2.1.1. <i>Informação e significado</i> .....	9
2.2. <i>Expressões literais</i> .....	11
2.4. <i>Reformulação do DP, suas pretensões e limites</i> .....	15
2.4.2. <i>Dos limites do desafio</i> .....	16
<b>3. RECONSTRUÇÃO DAS RESPOSTAS DE MAX BLACK, JOHN SEARLE E DONALD DAVIDSON</b> .....	<b>18</b>
3.1. <i>Reconstrução da resposta de Max Black</i> .....	18
3.1.1. <i>Resposta ao desafio</i> .....	18
3.1.2. <i>Como funciona uma metáfora interativa?</i> .....	19
3.1.3. <i>Conteúdo cognitivo e insight em More About Metaphor</i> .....	22
3.2. <i>Reconstrução do argumento de Searle</i> .....	26
3.2.1. <i>Considerações preliminares</i> .....	26
3.2.2. <i>O lugar da metáfora dentro da taxonomia dos atos ilocucionários e a formulação do desafio da paráfrase.</i> .....	27
3.2.3. <i>Resposta searliana ao desafio.</i> .....	28
3.2.4. <i>Resposta positiva e o Princípio da Expressabilidade</i> .....	29
3.3. <i>Reconstrução do argumento de Donald Davidson</i> .....	30
3.3.1. <i>Primeira linha argumentativa</i> .....	30
3.3.2. <i>Segunda linha argumentativa</i> .....	34
<b>4. O QUE FUNDA A DIVERGÊNCIA ENTRE AS RESPOSTAS DE BLACK, SEARLE E DAVIDSON AO DP?</b> .....	<b>38</b>
4.1. <i>Davidson contra Black e Searle</i> .....	38
4.2. <i>Searle, Black, Davidson e a natureza das realizações da metáfora.</i> .....	41
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>48</b>

## 1. INTRODUÇÃO

“Há escolas que são gaiolas”<sup>1</sup>, “Carlos é muito frio”, “As frescas mãos da maré vinham coçar meus pés”<sup>2</sup>, “A pandemia é uma guerra”. É à análise de frases desse tipo – metafóricas – que se direciona o presente trabalho. O interesse em tais instrumentos linguísticos é proporcional ao que têm de misterioso: como os autores que produzem tais frases (que, se entendidas literalmente, significam absurdos e contradições) podem, aos olhos de quem lê, apresentar um conteúdo não só consistente como, muitas vezes, esclarecedor? Como ocorre a tradução do seu sentido literal para o seu *sentido metafórico* (se é que este existe)? O quanto de nosso vocabulário é formado por metáforas que foram *mortas* – cujo uso recorrente as despiu de seu brilho, tornando-as meros componentes usuais da linguagem<sup>3</sup>? O quão clara é a diferença entre os discursos literais e metafóricos? Aquilo que é expresso por uma metáfora pode ser redutível ou traduzível literalmente? Se sim, seriam metáforas um mero discurso indireto? Para quê usar metáforas, então? Teriam elas uma função meramente estética ou podem também ser consideradas filosófica ou cientificamente relevantes?

São estes os tipos de mistérios (cuja resolução pode trazer luz à compreensão da linguagem) para os quais os autores das mais diversas áreas (filosofia, linguística, psicologia, entre outras), desde muito, têm oferecido respostas. Segundo Johnson (1981), na história da filosofia, metáforas são objeto de estudo desde a antiguidade, tendo como autores que delas trataram Aristóteles, Cícero, Tomás de Aquino, Hobbes, Locke, Nietzsche, entre outros. No entanto, é só a partir da metade do século XX que o estudo de metáforas passou a ser reconhecido pela comunidade filosófica “as central to any adequate account of language and has been seen by some to play a central role in epistemology and even metaphysics”<sup>4</sup>. Tal *plot twist* (que se mantém até os dias de hoje) na atenção dada por filósofos à metáfora pode ser rastreado às considerações feitas por Ivor Armstrong Richards (um crítico literário) em seu livro *Philosophy of Rhetoric*<sup>5</sup> (cuja primeira edição data de 1936) acerca de tal fenômeno da linguagem. Suas considerações foram fundamentais para o desenvolvimento de um artigo que importou uma gama de investigações sobre metáforas para o campo da filosofia (mais

---

<sup>1</sup> ALVES, 2002, p. 29.

<sup>2</sup> WERNECK, 2005, p. 137.

<sup>3</sup> Notemos, por exemplo, a frase “Carlos é frio”.

<sup>4</sup> JOHNSON (1981, p. 3)

<sup>5</sup> RICHARDS, I. A. **The philosophy of rhetoric**. Reprint. London: Oxford Univ. Press, 1976.

especificamente a filosofia da linguagem): *Metaphor*<sup>6</sup> (1954) de Max Black. Esta importação permitiu que tal fenômeno (o da metáfora) fosse tratado e debatido sob os contornos conceituais da filosofia da linguagem contemporânea e servisse como um teste para teorias filosóficas sobre a linguagem.

O presente trabalho se insere neste debate iniciado por Black. De forma genérica, ele trata da diferença entre os discursos literal e metafórico. Mais especificamente, ele investiga se seriam metáforas *reduzíveis* ao discurso literal e, para isso, será analisado como três autores (Max Black, John Searle e Donald Davidson) responderam ao que chamo de *desafio da paráfrase* (DP). Explico: quando Black escreveu, em 1954, o seu artigo *Metaphor*, um dos seus principais objetivos era o de objetar àqueles que compreendiam metáforas como um mero discurso indireto (chamados por Black de *substitucionistas*). De acordo com Black, o substitucionismo entendia que metáforas não eram senão um floreio da linguagem, sendo o seu conteúdo plenamente expresso no caso de a metáfora ser *substituída* por frases compostas exclusivamente por expressões literais. Nesse sentido, poderia se dizer que os substitucionistas defendiam que metáforas seriam *reduzíveis* ao discurso literal, pois não haveria nada que elas expressassem que não pudesse ser expresso por vias literais. É neste contexto que Black propõe o desafio da paráfrase. Este surge como um meio para encarar frontalmente a correção de teses acerca da redutibilidade (ou não) de metáforas ao discurso literal. O desafio pode ser formulado da seguinte forma: “poderiam metáforas ser plenamente parafraseadas por expressões literais?”. De forma geral, aquele que o respondesse positivamente estaria assumindo uma posição que podemos chamar de *reduzibilista*, enquanto que aquele que respondesse negativamente assumiria uma posição *irreduzibilista*.

A escolha dessa trinca de autores se deve ao fato de, na bibliografia secundária sobre o tema, eles serem comumente reconhecidos como importantes representantes de três diferentes abordagens acerca do significado / funcionamento de metáforas<sup>7</sup> e nessa medida, o estudo de suas investigações fornece uma visão panorâmica (na medida em que, transitivamente, abarca, ao menos em suas linhas gerais, a posição daqueles que se identificam com estas abordagens) de como o debate contemporâneo dentro da filosofia da linguagem respondeu à questão da

---

<sup>6</sup> BLACK, Max. **Metaphor**. Proceedings of the Aristotelian Society, Oxford, vol. 55, pp. 273-294, Outubro, 1954. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4544549>. Acesso em: 04/11/2021.

<sup>7</sup> Por exemplo, por Macha (2019, p. 2253-2264), por Hills (2007, p. 37-38) e por Reimer e Camp (2009, 850-852).



redutibilidade de metáforas. Tais abordagens são, respectivamente, reconhecidas como as abordagens *interativistas*, *pragmatistas* e *não cognitivistas*<sup>8</sup>.

O caminho para a análise presente neste trabalho será o seguinte. Primeiramente, na seção 2, destrincharei o desafio apenas nomeado: identificarei e desenvolverei acerca dos seus elementos principais e indicarei os seus limites. Tendo feito isso, terei satisfeito as condições preliminares para uma reconstrução das respostas de cada autor ao desafio, o que será feito ao longo da seção 3. Por fim, na quarta seção, estabelecerei uma conversa entre os três autores, buscando estabelecer quais são as premissas que fundam a divergência de respostas entre eles.

---

<sup>8</sup> Estes me pareceram ser os nomes mais comuns para cada uma das abordagens. No entanto, pode haver variação: alguns chamam, por exemplo, a abordagem *interativista* de *semântica*. Outros, também, intitulam a abordagem *não-cognitivista* de “*brute force account*”.

## 2. O DESAFIO DA PARÁFRASE E OS SEUS ELEMENTOS CONSTITUINTES

“Poderiam metáforas ser plenamente parafraseadas por expressões literais?”. A compreensão desse desafio exige como condição uma exposição do significado das seguintes expressões: ‘paráfrases plenas’, ‘metáforas’ e ‘expressões literais’. Pretendo que estas exigências sejam satisfeitas no decorrer das seções 2.1, 2.2 e 2.3 deste capítulo. À luz destas seções, na seção 2.4, reformularei o desafio e indicarei seus objetivos e limites.

### 2.1. Paráfrases plenas

Conforme a Enciclopédia de Termos Lógico-filosóficos, “paráfrase é o método filosófico de permuta de frases, semelhante ao processo de tradução, com o intuito de apresentar ao final uma frase que seja, **do ponto de vista informacional, equivalente à frase original**”. Ou seja, parafrasear uma dada frase X<sup>9</sup> é apresentar uma frase Y<sup>10</sup> que seja equivalente ou idêntica a X quanto a um certo aspecto, a saber, o de *informar* o mesmo. Sendo assim, assumo que uma paráfrase seja tão *plena* quanto forem as frases envolvidas em uma paráfrase, do ponto de vista informacional, idênticas. Se a frase-produto exprimir apenas parte das informações da frase-original, pode-se dizer que a paráfrase seria *parcial*.

A definição da *Enciclopédia* tem o mérito de abarcar as mais diferentes concepções de paráfrase, mas peca quanto à vagueza. Internamente aos contextos textuais dos autores sobre os quais tratarei, a noção de *informação* e, portanto, a própria concepção do objetivo a que se propõem paráfrases, toma contornos específicos.

#### 2.1.1. Informação e significado

Dentro do debate no qual se insere meu trabalho, há uma afinidade muito grande entre o que na definição da Enciclopédia é denominado *informação* com a noção de *significado*. Isso fica visível nos textos dos autores dos quais tratarei pela análise das seguintes passagens:

John Searle (2005, p.81):

Because in metaphorical utterances what the speaker means differs from what he says (in one sense of "say"), in general we shall need two sentences for our examples of

<sup>9</sup> Chamarei a frase que é objeto de uma paráfrase de “frase-original”.

<sup>10</sup> Chamarei o produto da paráfrase da frase-original de “frase-produto”.

metaphor - first the sentence uttered metaphorically, and second a sentence that expresses literally what the speaker means when he utters the first sentence and means it metaphorically. Thus 3, the metaphor (MET):

3. (MET) It's getting hot in here

corresponds to 3, the paraphrase (PAR):

3. (PAR) The argument that is going on is becoming more vituperative".

Nesta passagem, Searle afirma que, para fins de exposição, apresentará, para cada metáfora citada, uma frase que expresse literalmente (ou seja, por outro meio) o significado do locutor (*speaker's meaning*) da metáfora. Ou seja, apresentará uma frase literal idêntica à metáfora quanto ao seu significado. Considerando ainda que Searle nomeia tais frases de *paráfrases* das metáforas, fica clara a aproximação entre *informação* e *significado*.

Donald Davidson (1978, p.32): “Paraphrase, whether possible or not, is appropriate to what is **said**: we try, in paraphrase, to say it another way”. Ou seja, por meio da paráfrase, busca-se *dizer* (“say”) o mesmo por um meio distinto. A relação do termo ‘say’ com a noção de significado estreita-se a partir do que Davidson, em *What Metaphors Mean*<sup>11</sup>, alude como razão da imparafraseabilidade de metáforas: a premissa de que “a metaphor doesn't **say** anything beyond its literal meaning”<sup>12</sup>. Levando ainda em conta que tal premissa é motivada pela retirada daquilo que metáforas “makes us see”<sup>13</sup> do escopo de ‘significado’, fica claro que Davidson identifica o termo ‘dizer’ com a noção de “expressar um *significado*”. Ou seja, é na medida em que Davidson retira aquilo que metáforas *nos fazem ver* do escopo do que é *significado* por elas que ela afirma que essas não *dizem* nada. Nessa medida, fica claro, também, que ele identifica *dizer* com *significar*.

No caso de Max Black essa relação não é imediatamente clara. Black aceita a existência de dois gêneros de metáforas: substitucionistas e interativistas. Durante todo o seu artigo, até o momento em que direciona o DP a ambos os tipos de metáforas supracitadas, Black trata destas como expressando *significados*. No entanto, ao formular o DP, Black o define como o desafio de apresentar frases literais que expressem o mesmo *conteúdo cognitivo* das metáforas. Ora, mas qual seria a razão de introduzir já no final do seu artigo um novo termo para se referir ao conteúdo expresso por metáforas? Considerando ainda que, quando direcionado às metáforas substitucionistas (que são justamente definidas como metáforas cujo significado é plenamente

<sup>11</sup> DAVIDSON, Donald. **What Metaphors Mean**. Critical Inquiry, Chicago, vol. 5, n° 1, pp. 31-47, Setembro, 1978. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1342976>. Acesso em: 04/11/2021.

<sup>12</sup> DAVIDSON, 1978, p.32, negrito nosso

<sup>13</sup> Ibid., p.45

expressável por vias literais) a resposta ao DP é positiva, mas que, quando direcionada às interativas, ela é negativa, poderia surgir a hipótese de que *conteúdo cognitivo* é mais amplo que *significado*, e que, portanto, a identidade entre os significados das frases original e produto é condição necessária, mas não suficiente para uma paráfrase plena. Essa hipótese, no entanto, não parece ser correta. Black parece, na verdade, apenas partir de uma noção de significado mais ampla que engloba conteúdos de natureza diferente daqueles normalmente compreendidos sob a noção de *significado*. Sendo assim, sugiro que Black defende a identificação entre *significado* e *conteúdo cognitivo* e que apenas oferece “vestes terminológicas” distintas pelo fato de a sua caracterização dos conteúdos metafóricos inefáveis literalmente serem incomumente compreendidos sob a noção de *significado*. Na mesma medida, defendo que Black identifica o que foi tratado na seção anterior sob o termo ‘informação’ com a noção de *significado*.

Está claro, pois, que o que a Enciclopédia chama de informação é entendido sob a noção de significado pela trinca de autores acerca dos quais tratarei aqui. Nesse sentido, podemos afirmar, também, que uma paráfrase é tão plena quanto forem as frases-produto e original similares no que diz respeito aos seus significados.

## 2.2. Expressões literais

Feita esta exposição inicial do conceito de uma paráfrase plena, voltemo-nos aos seus elementos constituintes. Começemos por uma exposição genérica do meio pelo qual, na frase-produto, o significado de metáforas será expresso: expressões literais.

A noção de expressão literal está intimamente ligada à caracterização do que consiste um significado literal e ambas essas noções só podem ser compreendidas tendo por base algumas premissas sobre o funcionamento da geração do significado das expressões de uma língua. A tese fundamental sobre a linguagem que permite que compreendamos tais noções é defendida pela posição que Recanati cunhou de “literalista”. Esta posição, que, segundo ele, é a dominante entre linguistas e filósofos da linguagem<sup>14</sup>, tem por tese central a de que “we may legitimately ascribe truth-conditional content to natural language sentences, quite independent of what the speaker who utters this sentence means”<sup>15</sup>. Isso permitiria, então, caracterizar a semântica como um campo de estudo que lida “with the literal meaning of words and sentences

---

<sup>14</sup> RECANATI, 2009, p.7.

<sup>15</sup> Ibid, p.7.

as determined by the rules of the language”<sup>16</sup>, ou seja, por fatores não contextuais. Essa defesa da possibilidade de se atribuir significado a expressões da linguagem independentemente do contexto não é, no entanto, necessariamente incondicional. Como nota Recanati (2009), o literalismo pode conceber que haja casos nos quais a compreensão de certas expressões (como é o caso de termos indexicais) tenha como condição certos conhecimentos contextuais. Mesmo nestes casos, no entanto, tais expressões fornecem uma regra (aplicável independentemente do contexto) que expressa um procedimento para determinar os seus significados relativamente aos contextos específicos nos quais são usadas:

The meaning of an expression may be insufficient to determine its referential content: that is so whenever the expression is indexical or otherwise context-dependent. In such cases, the meaning of the expression provides a rule which, given a context, enables the interpreter to determine the content of the expression in that context. The content thus determined in context by the conventional meanings of words is their literal content. (RECANATI, 2009, p.7-8)

Conforme Recanati, o literalismo também pode abarcar, assim como faz Grice, a distinção entre “what a given expression means, and what its use means or conveys, in a particular context”<sup>17</sup>. O que o literalista não pode abrir mão é de conceber a possibilidade de se interpretar o significado de uma expressão ou frase da linguagem por meio de regras que independem do uso que é dado e ela, ou seja, regras que independem de conhecimentos acerca das intenções do locutor ou de outros fatores contextuais, sendo o produto de uma tal interpretação justamente o significado literal de uma frase da linguagem.

Contrária ao literalismo estaria a posição que Recanati chama de “contextualista”. Segundo esta posição, “[...] acts are the primary bearers of content. Only in the context of a speech act does a sentence express a determinate content”. Ou seja, de forma alguma o significado de uma frase poderia ser indicado fora de um contexto, o que impediria a própria noção de um significado não-contextual, ou significado literal.

A caracterização de uma expressão literal só pode ser feita, portanto, assumindo a premissa básica do literalismo e é partindo dela que podemos caracterizar o que seja uma expressão literal. Internamente ao literalismo, uma expressão literal é caracterizada como uma expressão cujo significado em certa frase é idêntico ao significado que convencionou-se atribuir

---

<sup>16</sup> Ibid, p.7.

<sup>17</sup> Ibid, p.7

a ele e o significado literal de uma frase é determinado pelo significado literal de suas partes e pela forma como estas foram postas juntas.

### 2.3. Metáforas

Resta, ainda, que prestemos contas quanto ao que é uma metáfora. É necessário, primeiramente, deixar claro qual o tipo de metáforas que nos interessa aqui. Uma forma de classificá-las diz respeito ao meio pelo qual elas são expressas. Charles Forceville (2009, p.23), chega a elencar nove meios pelos quais uma metáfora pode ser expressa: “(1) pictorial signs; (2) written signs; (3) spoken signs; (4) gestures; (5) sounds; (6) music (7) smells; (8) tastes; (9) touch”. Destes, nos interessa o segundo: o dos sinais escritos. Metáforas expressas em tal meio também são chamadas de metáforas verbais e são estas que nos interessam aqui.

O desenvolvimento de uma definição base do que consistiria uma metáfora verbal não é, no entanto, fácil, pois, como nota Macha, (2019, p. 2249): “A definition of metaphor is primarily the matter of a particular theory of metaphor”. Ou seja, a própria atividade de definir acaba por comprometer aquele que define com teses acerca da natureza e do funcionamento de metáforas. Considerando ainda que estas divergem amplamente na literatura sobre o tema, fica clara a dificuldade inerente ao processo de definição. Por isso, para garantir que o debate se volte ao mesmo objeto, alguns autores<sup>18</sup> optaram por, digamos, um *método definicional indutivo*: é exposta uma série de frases que são supostas como pacificamente reconhecíveis como ‘metáforas’ para que suas investigações partam de uma extensão-base do conceito de metáfora. Procurarei, aqui, fazer o mesmo e em seguida indicarei alguns critérios mínimos para a identificação de metáforas.

- (1) “A pandemia é uma *guerra*”
- (2) “Há escolas que são *gaiolas*”<sup>19</sup> (Rubens Alvez)
- (3) “An *argumentative melody*”<sup>20</sup> (Max Black)
- (4) “As frescas *mãos* da maré vinham *coçar* meus pés”<sup>21</sup> (Vinicius de Moraes)
- (5) Carlos é um *gato*.
- (6) O copo d’água *matou* a sede dele.

<sup>18</sup> Dentre os quais, Black (1954, p.274) e Macha (2019, p.2248).

<sup>19</sup> ALVES, 2002, p.29

<sup>20</sup> BLACK, 1954, p.274

<sup>21</sup> WERNECK, 2005, p.137.

Um primeiro ponto a se notar acerca destes exemplos é o fato de que em todos eles há a presença de ao menos um termo (indicado por mim pelo uso do itálico) com um uso *estranho*. A menos que o proferidor esteja expressando um absurdo semântico, é preciso reconhecer que o significado de tais termos é diferente daquele *convencionalmente* atribuído a eles. Sendo assim, pode-se notar como atributo de frases metafóricas (ou metáforas<sup>22</sup>) a presença de uma expressão não-literal (cuja caracterização precisa, bem como a sua diferença específica com relação a outras expressões não-literais é formulada diferentemente por cada autor) que pode-se nomear *metafórica*. É preciso notar também que é necessário que, internamente a metáforas, estejam presentes, concomitantemente, expressões literais. Como bem nota Black (1954, p.275), quando todos os termos da frase são metafóricos, a frase é geralmente reconhecida como “a proverb, an allegory, or a riddle”.

Além disso, pode-se notar que as expressões metafóricas podem ser de diferentes classes gramaticais e exercer funções sintáticas distintas dentro da metáfora. No entanto, internamente aos textos acerca dos quais tratarei, as investigações geralmente tomarão como exemplos ilustrativos metáforas cuja frase toma uma forma declarativa<sup>23</sup> e cujas expressões metafóricas geralmente pertencem à classe dos substantivos e ocupam a posição de predicado verbal.

Por fim, observo uma distinção importante entre os exemplos 5 e 6 e os demais. Estes dois últimos exemplos certamente seriam reconhecidos por muitos autores como instâncias de metáforas de um certo tipo: *mortas*. A especificidade destas é o fato de possuírem uma expressão metafórica cujo uso frequente, segundo Reimer (1996, p.14), “has led to its loss of metaphorical force and, simultaneously, to its acquisition of a new literal meaning”. De fato, após uma rápida pesquisa no dicionário online Michaelis das expressões metafóricas de 5 e 6, verifica-se, dentre as várias sugestões de significado, as seguintes, respectivamente: “Homem atraente, bonito e sensual; gatão”<sup>24</sup> e “Extinguir (a fome, a sede), comendo e bebendo”<sup>25</sup>. Estes novos sentidos literais de ‘gato’ e ‘matar’ não seriam propriamente produtos da dinâmica de funcionamento de uma metáfora, mas sim de uma convenção assentada por práticas linguísticas. O que parece haver de metafórico nestes exemplos é, exclusivamente, a sua origem e, por isso,

<sup>22</sup> Daqui em diante utilizarei o termo ‘metáfora’ como equivalente a ‘frase metafórica’.

<sup>23</sup> Uso, aqui, ‘forma declarativa’ ao invés de ‘função declarativa’, pois não é ponto pacífico que metáforas exerçam uma função proposicional.

<sup>24</sup> GATO, In Michaelis, Sao Paulo: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/gato/>. Acesso em: 29/09/2022.

<sup>25</sup> MATAR, In Michaelis, Sao Paulo: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/gato/>. Acesso em: 29/09/2022.

uma série de autores sequer chega a classificá-las como verdadeiras metáforas<sup>26</sup>. Por outro lado, as expressões metafóricas presentes em 1, 2, 3 e 4 seriam instâncias de metáforas vivas<sup>27</sup>. Estas não possuem um outro significado literal cristalizado, exigindo do leitor que, na compreensão da metáfora como um todo, seja afetado pela sua *força metafórica*.

Esta distinção é especialmente importante no âmbito deste trabalho, pois o desafio da paráfrase se voltará exclusivamente às metáforas do segundo tipo: vivas. Como atestado pelos resultados do dicionário, não há dificuldade alguma na paráfrase literal de metáforas mortas, sendo o fenômeno semântico próprio às expressões metafóricas presentes nestas metáforas muito próximo (senão idêntico) ao da ambiguidade<sup>28</sup>. Se o desafio da paráfrase pretende tirar alguma conclusão sobre a distintividade expressiva de metáforas, ele deve encarar as metáforas propriamente dotadas de, nas palavras de Reimer (1996, p.14) “[a] metaphorical force”.

## **2.4. Reformulação do DP, suas pretensões e limites.**

### **2.4.1. Reformulação e pretensões do DP**

Pode-se reformular, então, o desafio da paráfrase como o de questionar acerca da possibilidade de se expressar plenamente o significado de metáforas por meio de uma ou mais frases literais. É importante considerarmos, também, o caráter genérico comum ao desafio: aquele que o encara não pode pretender tê-lo resolvido a partir do confronto com uma metáfora particular, muito embora tais confrontos certamente sejam úteis para a construção de uma resposta a ele. O DP se volta à paráfrase (por vias literais) de metáforas quaisquer, ou seja, à paráfrase de qualquer frase *enquanto metafórica*. Sendo assim, é exigido, antes de tudo, uma investigação acerca do que há de distintivo na natureza do significado de metáforas e, em segundo lugar, que se enfrente a questão de se este significado é exprimível por vias literais.

Se compreendermos, ainda, que a relação de redutibilidade entre tipos de discursos (por exemplo, X é redutível a Y) expressa que tudo que é produzido, em termos de significado, por X é reproduzível por Y, então também podemos caracterizar o DP como um desafio útil para a análise da redutibilidade (ou não) do discurso metafórico ao discurso literal. Enquanto uma

---

<sup>26</sup> Dentre estes Black (1977, p.439) que afirmou que: “a so-called ‘dead metaphor’ is not a metaphor at all, but merely an expression that no longer has a familiar metaphorical use”.

<sup>27</sup> Ou ainda, variando conforme o autor, *interativas*, *criativas* ou *fortes*.

<sup>28</sup> Davidson (1978, p.38) também reconhece essa aproximação quando nota que: “‘He was burned up’ is genuinely ambiguous (since it may be true in one sense and false in another), but although the slangish idiom is no doubt the corpse of a metaphor, ‘He was burned up’ now suggests no more than that he was very angry. When the metaphor was active, we would have pictured fire in the eyes or smoke coming out of the ears.”



resposta positiva indicaria que metáforas são redutíveis a certas frases literais e que, portanto, o seu significado é expressável literalmente, uma resposta negativa indicaria o contrário.

#### 2.4.2. Dos limites do desafio

Que o DP seja usado como pretexto para uma análise das diferenças ou semelhanças entre os discursos literal e metafórico não é, no entanto, aceito de barato por todos os autores que analisaram as respostas a ele. Há uma relevante crítica a este panorama. Vou expô-la conforme Elisabeth Camp (2006) o faz, mas esta também é reproduzida, no que diz respeito aos seus pontos estruturais, por James Manns em *Metaphor and Paraphrase*<sup>29</sup>.

“Much ordinary talk -- let alone literary writing -- is loose and/or evocative in just this way, despite being literal. [...] Paraphrases of such utterances will often be merely partial and approximate, and will impose a determinacy on the speaker’s meaning that it did not originally possess. The difficulty here, however, is a general one with paraphrasing utterances whose intended contents are not fully determinate; it is not a difficulty that applies to metaphor in particular. We don’t usually conclude that literal utterances like (3)<sup>30</sup> through (6)<sup>31</sup> lack propositional content, or that their content is importantly different in kind from that expressed by utterances which can be paraphrased more easily. Thus, the argument can’t be used to establish the special, irreducible ineffability of metaphorical meaning” (CAMP, 2006, p. 8)

A estrutura do argumento de Camp é, em suma, a seguinte:

P1 - Existem frases literais que, por possuírem certas propriedades, não podem ser parafraseadas plenamente (por mais que paráfrases parciais ou aproximadas destas sejam possíveis).

P2 – Se frases metafóricas possuírem essas mesmas propriedades<sup>32</sup>, então, pelas mesmas razões, elas não poderão ser plenamente parafraseadas.

C - Logo, é possível que a razão da irredutibilidade não seja um traço distintivo do significado de metáforas, mas um traço comum a frases literais.

<sup>29</sup> MANNS, James W. *Metaphor and Paraphrase*. The British Journal Of Aesthetics, [S. L.], v. 4, n. 15, p. 358-366, 01 abr. 1975. Trimestral. Disponível em: <https://academic.oup.com/bjaesthetics/article-abstract/15/4/358/29496?redirectedFrom=PDF>. Acesso em: 24 ago. 2021.

<sup>30</sup> “Jane is a real woman now”.

<sup>31</sup> “She thinks she’s hit the big time, living the glam LA lifestyle, but she’s just another aspiring waitress”.

<sup>32</sup> Reconstruí como hipotético o que Camp asseriu, pois o argumento mantém sua força independente da correção específica da premissa de que o significado de metáforas é indeterminado. Para a força do argumento basta que metáforas comunguem com expressões literais qualquer propriedade que condicione a imparafraseabilidade destas.

O argumento é interessante por mostrar que de uma mera resposta “sim” ou “não” ao desafio, não seguem razões suficientes para inferir tese alguma sobre uma suposta natureza expressiva distintiva de metáforas. Ele objeta a uma premissa tácita e inquestionada por aqueles que supõem que o DP necessariamente encara a questão da redutibilidade de metáforas: a de que frases literais podem sempre ser plenamente parafraseadas por outras frases literais. É partindo desta premissa que o DP parece se voltar à questão da redutibilidade de metáforas, afinal, se não há problemas na paráfrase de frases literais, mas há na paráfrase de metáforas, isso deve ter por razão uma diferença entre o conteúdo do significado de metáforas e frases literais.

No entanto, vale notar sob qual contexto este desafio foi primeiramente proposto. Black o propôs dentro do objetivo maior de defender a importância filosófica de metáforas. Como ele mesmo sustenta, isto envolveria o desenvolvimento de uma concepção de metáfora que tirasse desta o status de um mero discurso indireto, ou seja, envolveria objetar à tese de que o significado de metáforas seria reproduzível por um conjunto de frases literais. Nesse contexto, o desafio é usado como um mero pretexto para que esforços sejam direcionados ao tratamento desta sua preocupação maior. Portanto, por mais que, como argumenta Camp, a formulação do pretexto não seja a mais eficiente para a conquista do seu fim, é certo que quando Black o enfrenta, ele também está enfrentando tal fim. Da mesma forma, é da esperança de que os outros autores envolvidos neste debate compartilhem dessa mesma intenção que o DP se dota de valor instrumental na investigação da questão da redutibilidade de metáforas.

De toda forma, é claro que a mera intenção não é suficiente para que o DP efetivamente se direcione ao tema aludido. Portanto, é importante ressaltar que uma resposta negativa ao DP só será reconhecida como útil para o objetivo final deste trabalho, é claro, **sob a condição** de que ela esteja assentada em razões que defendam a distinção expressiva entre ambos os discursos.

### 3. RECONSTRUÇÃO DAS RESPOSTAS DE MAX BLACK, JOHN SEARLE E DONALD DAVIDSON

Nas seções que seguem, busco reconstruir, nas suas linhas gerais, as respostas de Black, Searle e Davidson ao desafio. Uma primeira reconstrução-base de seus argumentos se faz importante para o decorrer do trabalho, pois apresentará informações cujo conhecimento é condição para compreender, no capítulo seguinte, as análises que buscam estabelecer quais seriam os pontos de divergência que fundam as diferentes respostas que os autores deram ao DP.

#### 3.1. Reconstrução da resposta de Max Black

Em *Metaphor* (1954), Black responde ao desafio da paráfrase dentro de um contexto específico, a saber, o de sustentar a polêmica tese de que certas metáforas são relevantes para a investigação filosófica. Neste contexto, a razão de ser proposto é a seguinte: se a ele for obtida uma resposta positiva, então a opção por uma metáfora é a mera opção por um discurso que, ao invés de dizer algo diretamente, o faz indiretamente. Tal discurso não possuiria, então, importância filosófica, mas meramente estilística, pois todo seu conteúdo cognitivo poderia ter sido expresso literalmente. Por outro lado, se a resposta for negativa, algo do conteúdo cognitivo de uma metáfora fugiria à tradução literal, do que se seguiria que metáforas são importantes por apresentarem capacidades cognitivas distintas cuja proibição, nas palavras de Black (1954, p.294), “would be a wilful and harmful restriction upon our powers of inquiry”.

##### 3.1.1. Resposta ao desafio

Como resposta ao desafio, Black sustentou que, apesar de alguns tipos de metáforas (metáforas substitucionistas e comparacionistas) serem passíveis de uma paráfrase literal que expressasse todo o seu conteúdo cognitivo, há outro (metáforas interativas) que não é. Metáforas interativas possuiriam “its own distinctive capacities and achievements”<sup>33</sup> e por isso, qualquer frase literal pecaria em não fornecer “the same power to inform and enlighten as the [metaphor]”<sup>34</sup>. Como razão para isso, Black nos diz que “the implications, previously left for a suitable reader to educe for himself, with a nice feeling for their relative priorities and degrees

---

<sup>33</sup> BLACK, 1954, p.284

<sup>34</sup> Ibid., p. 293.

of importance, are now presented explicitly as though having equal weight”<sup>35</sup> e que, nessa medida, “[t]he literal paraphrase inevitably says too much - and with the wrong emphasis”. Após isso, no entanto, Black (1954, p.293) esclarece que

[...] the loss in such cases is a loss in cognitive content; the relevant weakness of the literal paraphrase is not that it may be tiresomely prolix or boringly explicit-or deficient in qualities of style; it fails to be a translation because it fails to give the insight that the metaphor did.

Leio esta passagem assim como Manns o faz. Black parece dizer que “the loss in cognitive content [...] results in a similar loss of *insight*” (MANNNS, 1975, p.359). Neste sentido, o esclarecimento de Black parece servir para ressaltar que a prolixidade ou a explicitude inerente à paráfrase não caracteriza uma inadequação quanto à forma ou estilo, mas quanto ao conteúdo (“cognitive content” ou “insight”) da metáfora.

Tal resposta de Black ao DP é uma das últimas considerações feitas em seu artigo e, após ela, não é oferecida nenhuma explicação quanto a natureza extra-literal deste insight ou conteúdo cognitivo da metáfora. É de se esperar, pois, que um esclarecimento deste ponto esteja presente no texto que precede a resposta e, mais especificamente, na concepção de Black do funcionamento de uma metáfora.

### 3.1.2. Como funciona uma metáfora interativa?

A ideia básica que inspira a interpretação de Black quanto ao funcionamento de metáforas interativas foi expressa por Richards (1965): “In the simplest formulation, when we use a metaphor we have two thoughts of different things active together and supported by a single word, or phrase, whose meaning is a resultant of their interaction”.

Analisemos esta formulação aplicando-a à seguinte metáfora: “Há escolas que são gaiolas”<sup>36</sup>. Neste caso, os dois pensamentos ativos conjuntamente equivalem a “escolas” e “gaiolas” e o significado da metáfora como um todo é fruto da *interação* entre estes pensamentos. O cerne da originalidade de Black, em relação a Richards, no artigo, é a forma como desenvolve a noção de *interação* – o processo cujo produto é o significado de uma metáfora.

---

<sup>35</sup> Ibid., p. 293.

<sup>36</sup> ALVES, 2002, p. 29

Antes de começar a reconstrução do argumento de Black, é necessário apresentar uma dupla de conceitos usada por ele na sua análise de metáforas: a de *elemento principal* e *elemento subsidiário*<sup>37</sup>. Estes conceitos tratam especialmente do que pode ser chamado de uma *metáfora categórica*<sup>38</sup>: uma metáfora que segue o esquema ‘A é B’. O sujeito e o predicado destas metáforas são os *elementos*. Se o *elemento* tiver um uso literal, ele é denominado *principal*, se seu uso for metafórico, ele é denominado *subsidiário*. Na metáfora do parágrafo acima, então, ‘escolas’ seria o elemento principal e ‘gaiolas’ o elemento subsidiário.

Ao analisar a noção de interação, Black se dirige mais especificamente a uma instância do que chamei de metáfora categórica: “Man is a wolf” (BLACK, 1954, p. 286). Segundo Black, a compreensão de uma metáfora não é fruto da interação do *significado de dicionário* dos elementos, mas dos seus *sistemas de lugares comuns associados*<sup>39</sup>. Por este *sistema*, Black se refere a todo tipo de crenças que uma pessoa leiga teria acerca de um objeto. Com esta condição, Black pretende englobar todo tipo de representação evocada por um certo termo dentro de uma comunidade linguística específica. Tal conjunto poderia incluir, por exemplo, predicados que um cientista assumiria como patentemente falsos. Para a comunidade linguística da Grécia antiga, por exemplo, estaria ligada à coruja, a noção de sabedoria; da mesma forma, para os romanos, “lobo” poderia evocar “a espécie de animal que amamentou o primeiro rei de Roma”. Quanto ao termo ‘wolf’, Black afirma que:

[...] A speaker who says "wolf" is normally taken to be implying in some sense of that word, that he is referring to something fierce, carnivorous, treacherous, and so on. The idea of a wolf is part of a system of ideas, not sharply delineated, and yet sufficiently definite to admit of detailed enumeration. (BLACK, 1954, p. 287)

Conforme Black, ao ouvirmos que “o homem é um lobo”, representamos o sistema de implicações do lobo (outra forma de se referir ao seu “sistema de lugares comuns associados”) e tornamos proeminentes os aspectos do homem acerca dos quais tais implicações poderiam ser atribuídas. Um bom receptor de metáforas seria capaz de referir ao homem as devidas implicações de ‘lobo’.

Em outro momento, Black tenta explicar a “interação”, traçando analogias com a noção de “filtro”. Black nos leva a imaginar um vidro embaçado que contenha áreas não embaçadas por meio das quais podemos ver um subconjunto das estrelas visíveis caso o vidro inteiro não

<sup>37</sup> No inglês, “principal subject” e “subsidiary subject” (BLACK, 1954, p. 286-7).

<sup>38</sup> A sugestão de chamar assim este tipo de metáfora é minha, não de Black.

<sup>39</sup> No inglês, “system of associated commonplaces” (Black, 1954, p. 287).

estivesse embaçado. Nesta analogia, o céu estrelado seria o sistema de implicações do elemento principal (no exemplo supracitado, ‘homem’) e a metáfora nos permitiria vê-lo a partir das partes desmascaradas do vidro (o que daria o caráter filtrante à metáfora) - formadas em função do elemento subsidiário (‘lobo’). Black entende que um dos traços distintivos da capacidade de metáforas reside no fato de essas permitirem que vejamos implicações do elemento principal que não poderiam ser vistas por outro meio. Seguindo a analogia do céu, então, Black afirma serem, tais implicações, “[s]tars that cannot be seen at all, except through telescopes”.

Portanto, o produto de uma metáfora seria a representação do céu (elemento principal) por meio de algumas de suas estrelas, que só seriam descobertas por meio do “telescópio metafórico”. No exemplo em questão, representamos o homem por meio de certas propriedades suas que encontramos a partir da interação de seu sistema com o sistema de implicações do “lobo”. O significado de uma metáfora não parece, portanto, ser distinto de uma frase em que vários predicados são ligados a um sujeito. Na mesma medida, não fica clara a razão da inevitável inadequação de paráfrases literais nem qual seria a natureza do conteúdo cognitivo inexpressável por vias literais. Esta obscuridade presente neste primeiro artigo de Black sobre metáforas também é reconhecida por Warner<sup>40</sup> e Manns<sup>41</sup> e levou estes autores a sugerirem interpretações distintas acerca do conteúdo irreduzível de metáforas. Enquanto Warner sugeriu uma identidade entre conteúdo cognitivo e condições de verdade (o que o levou a buscar, não em DP, mas em outros pontos do texto de Black razões para a importância filosófica e a distintividade expressiva de metáforas), Manns defende que a noção blackiana de ‘conteúdo cognitivo’ seja “far broader than ‘that which makes a truth claim’”<sup>42</sup> abrindo, assim, brechas para um conteúdo cognitivo diferente de uma condição de verdade.

Uma resposta a esta polêmica talvez possa ser encontrada em outro artigo de Black: *More About Metaphor*. Neste artigo, Black “[intends to] supplement the earlier study in which [he] introduced and defended an ‘interaction view of metaphor’”<sup>43</sup>, direcionando-se, mais especificamente, “towards the ‘cognitive aspects’ of certain metaphors, whether in science, philosophy, theology or ordinary life, and their power to present in a distinctive and irreplaceable way, insight into ‘how things are’”<sup>44</sup>.

---

<sup>40</sup> “Black’s use of the notion of ‘cognitive content’ is very puzzling” (WARNER, 1973, p. 367)

<sup>41</sup> “Undeniably Black has not spelled out with perfect lucidity how we are to understand ‘cognitive content’, and therefore any interpretation will be to some extent speculative” (MANNNS, 1975, p. 359)

<sup>42</sup> MANNNS, 1975, p. 360.

<sup>43</sup> BLACK, 1977, p. 432.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 434.

### 3.1.3. Conteúdo cognitivo e insight em *More About Metaphor*

Há alguns momentos de *More About Metaphor* nos quais Black parece oferecer um complemento à sua resposta ao DP. Aquele no qual ele trata mais diretamente da diferença entre o discurso metafórico e o literal aparece na última seção do artigo. Nesta, Black define o insight da metáfora como revelador de “como as coisas são”. Definir assim aquilo que é revelado pelo insight teria por função afastar-se da fixação compartilhada por um conjunto de autores em discutir o mesmo tópico sob a forma “Can metaphorical statements be *true*?”<sup>45</sup>. Black nega a validade de tal forma de investigar o tema, pois, segundo ele:

“the epithet ‘true’ has more restricted uses than philosophers usually recognise: it is most uncontroversially appropriate in situations where the prime purpose is to state a “fact,” i. e., where the “fact-stating” statement in question is associated with some accepted procedure for verification or confirmation: A witness who swears to “tell the truth and nothing but the truth” is expected to “speak plainly,” i. e., to eschew figurative language [...]”. (BLACK, 1977, p.455)

Considerando que aquele que “speak plainly” fala em “plain language” e esta última é justamente a expressão que, ao encarar o DP em *Metaphor*, Black (1954, p.293) usa para se referir a frases literais, fica claro que o que é expresso na passagem acima é que metáforas (diferentemente de frases literais) não tem o seu significado bem indicado por um conjunto de procedimentos necessários na sua verificação. Aqui, Black não usa, propriamente, a expressão “condição de verdade”, mas é claro que o procedimento de verificação busca avaliar se as condições sob as quais estas seriam verdadeiras (ou seja, suas condições de verdade) são satisfeitas. Ou seja, Black nega que o insight da metáfora possa ser reproduzido por um conjunto de condições de verdade e também, nessa medida, que metáforas possam ser traduzidas literalmente. Como razão para isso, Black lembra a aproximação que executou ao longo de *More About Metaphor* entre metáforas e modelos e afirma que, assim como metáforas,

“Charts and maps, graphs and pictorial diagrams, photographs and “realistic” paintings, **and above all models**, are familiar cognitive devices for showing “how things are,” devices that need not be perceived as mere substitutes for bundles of statement of fact. In such cases we speak of correctness and incorrectness, without needing to rely upon those overworked epithets, ‘true’ and ‘false’” (BLACK, 1977, p. 456, grifo nosso).

---

<sup>45</sup> Ibid., p. 455.

É de se esperar, portanto, que esteja nesta concepção da metáfora como um *modelo*, a chave para compreendermos a natureza não proposicional do conteúdo da metáfora e a razão deste não poder ser substituído "for bundles of statement of fact". Nos voltemos, então, a uma caracterização mais detalhada desta concepção. Sugiro, para isto, a seguinte passagem de More About Metaphor, onde Black, partindo do paradigma da metáfora como modelo, analisa o significado de uma metáfora específica:

Consider "Marriage is a zero-sum game." In this relatively "active" metaphor the implication-complex might be spelled out somewhat as follows:

(G1) A "game" is a contest; (G2) between two opponents; (G3) in which one player can win only at the expense of the other.

The corresponding system of imputed claims about marriage depends crucially upon the interpretations given to "contest," "opponents," and especially to "winning." One might try:

(M1) A marriage is a sustained struggle; (M2) between two contestants; (M3) in which the rewards (power? money? satisfaction?) of one contestant are gained only at the other's expense. (BLACK, 1977, p. 443)

No exemplo de Black, é o *jogo de soma-zero* (e o seu correspondente sistema de implicações) que funciona como um *modelo* para compreendermos o casamento. Pela noção de modelo, Black quer dizer que a metáfora nos leva a pensar o casamento como isomórfico ao jogo de soma zero, isto é, similar no que diz respeito às características centrais de tal jogo. Na mesma medida em que pensamos como essencial a um jogo a existência de uma disputa levada a cabo por oponentes que buscam ganhá-lo um em detrimento do outro, poderia se dizer de um casamento (o que serviria como uma paráfrase literal deste) que ele é marcado por uma relação de interesses conflituosa entre os casados na qual a satisfação do interesse de um se dá em detrimento da satisfação do interesse do outro. A sugestão de Black de como interpretar a metáfora pareceria apenas confirmar a redutibilidade da metáfora à paráfrase não fosse a ressalva que segue a ela:

Such a heavy-handed analysis of course neglects the ambience of the secondary subject, the suggestions and valuations that necessarily attach themselves to a game-theory view of marriage, and thereby the receiver's perception of it: a marriage that can be seen as a competitive "game" of skill and calculation is not the kind made in heaven. (BLACK, 1977, p.443)



A ressalva anuncia, sob novos termos, o conteúdo cognitivo perdido na paráfrase. O elemento não proposicional e, portanto, inefável por vias literais, é caracterizado como uma certa atmosfera (*ambience*) que Black identifica com um conjunto de sugestões e avaliações (*suggestions [and] evaluations*) que envolvem pensar o casamento sob o filtro de um jogo. Às sugestões e avaliações, Black chega a acrescentar, alguns parágrafos à frente, certas “conotações” (connotations)<sup>46</sup>. No entanto, nenhum dos quatro termos recebe um tratamento mais aprofundado no decorrer do texto e também não fica claro porque estes não seriam reproduzíveis por vias literais.

Os momentos em que Black trata de forma mais precisa do funcionamento da metáfora são aqueles em que ele a aproxima das noções de filtro e modelo. Tais aproximações são certamente tidas por Black como úteis para explicar a estrutura geral do funcionamento de metáforas. No entanto, nenhuma delas parece satisfatória para compreendermos o porquê das realizações das metáforas não serem comunicáveis por vias literais. Possivelmente isto é um sintoma do fato de o insight mais fundamental executado por metáforas não estar sendo perfeitamente representado por tais noções. Talvez a precisão o tenha limitado quanto ao que gostaria de expressar. Nesse sentido, a solução talvez seja nos voltarmos às caracterizações mais vagas que Black fez do fenômeno metafórico. Partindo destas, sugeri uma interpretação que pretende dar conta das várias considerações que Black move em favor da irredutibilidade de metáforas. É preciso notar, no entanto, que se por um lado a vagueza das caracterizações oferece liberdade para construir uma solução, ela também fada tal solução ao título de especulativa.

Em ambos os seus artigos, apesar de oferecer elaborações mais sofisticadas do processo metafórico, Black não deixa de usar termos vagos para caracterizá-lo. Termos como "interaction"<sup>47</sup>, "interillumination"<sup>48</sup>, "suggestiveness"<sup>49</sup> são frequentemente usados para caracterizar as capacidades de metáforas. Creio que o que Black pretende afirmar do processo metafórico por estes termos está englobado na sua caracterização da noção de uma metáfora-tema. Segundo Black, tal noção expressaria como que o esquema que está por trás de metáforas particulares. Em suas palavras, ela seria: "an abstraction from the metaphorical statements in which it does or might occur"<sup>50</sup>. A estrutura deste esquema (que exprime o que há de essencial

---

<sup>46</sup> BLACK, 1977, p. 444.

<sup>47</sup> BLACK, 1954, p. 286.

<sup>48</sup> Ibid., p. 286.

<sup>49</sup> BLACK, 1977, p. 445.

<sup>50</sup> Ibid., p. 438.

em vários casos particulares de metáforas) é a seguinte: “the metaphor of A as B”<sup>51</sup>. Ao analisar, por exemplo, a metáfora "L'homme n'est qu'un roseau, le plus foible de la nature, mais c'est un roseau pensant"<sup>52</sup>, ele afirma que ela seria uma instância da metáfora-tema "man as a thinking reed"<sup>53</sup>, o que não é senão uma versão reduzida de *a metáfora de pensar o homem como um junco pensante*. A importância dada a esta formulação é claramente reconhecida por Black quando afirma que "It might therefore be a large step forward in becoming clearer about what might be called metaphorical thought (a neglected topic of major importance) if we had a better grasp on what it is to think of something (A) as something else (B)"<sup>54</sup>.

A partir disso, sugiro que compreendamos a metáfora como dotada de um poder sugestivo. Neste sentido ela não afirma (em sentido forte) que algo é como outro, mas prescreve que pensamos em algo com base em outro algo. Tomando a metáfora do casamento como exemplo, G1, G2 e G3 (que constituem algumas das características estruturais de um *jogo de soma-zero*) formam a atmosfera a partir da qual veremos o casamento. A partir dessa atmosfera, somos levados a *mapear* o fenômeno do casamento. Essa atividade é certamente diferente do ato de predicar propriedades. Ao invés disso, somos levados a ter o que Black chama de "[a] view"<sup>55</sup>, a qual nos leva a *considerar* alguns aspectos do casamento sob o prisma do jogo. Em tal visão, nós poderíamos ser levados a tomar algumas dessas considerações como mais interessantes, e nessa medida, mais relevantes que outras. Por fim, como o próprio Black reconhece, "a marriage that can be seen as a competitive 'game' of skill and calculation is not the kind made in heaven". Nessa medida é plausível pensar que associadas à atmosfera e, conseqüentemente, às *considerações*, estariam certas sensações de repulsa ou certas *conotações* negativas.

Assumido este panorama, vejamos como é possível acolher as teses movidas em favor da irredutibilidade de metáforas. O que caracterizei como um *mapeamento* e a conseqüente *consideração* de diversos aspectos de um fenômeno pode ser aproximado com o insight "[of] how things are". A sugestão, embora tenha por intenção revelar "rich correspondences" entre dois fenômenos, não poderia ser precisamente dita "verdadeira" ou "falsa", mas antes estaria sujeita, como afirma Black, "for the determination of appropriateness, faithfulness, partiality, superficiality, and the like"<sup>56</sup>. A paráfrase de tal visão poderia expressar em frases literais as

---

<sup>51</sup> Ibid., p. 438.

<sup>52</sup> Ibid., p. 437.

<sup>53</sup> Ibid., p. 437.

<sup>54</sup> Ibid., p. 436.

<sup>55</sup> BLACK, 1977, p. 454.

<sup>56</sup> Ibid., p. 456.

considerações que fomos levados a notar, mas ao *afirmar* o que foi apenas *sugerido considerar*, ela estaria sendo muito *enfática*. Por outro lado, ao representar com o mesmo peso considerações distintas em grau de relevância ela estaria dizendo demais, ou sendo muito *prolixa*. Além disso, o diverso de sensações e conotações envolvido na visão proporcionada pela metáfora possivelmente não será reproduzível por vias literais, marcando, mais uma vez, uma perda em conteúdo cognitivo que aponta em favor da irredutibilidade da metáfora.

## 3.2. Reconstrução do argumento de Searle

### 3.2.1. Considerações preliminares

Antes de entrar propriamente na resposta de Searle ao desafio, é importante notar como Searle concebe a noção de significado em geral. Searle nomeia os atos de fala cujo enunciado possui um significado de um *ato de fala completo*, ou então, seguindo o exemplo de Austin, de um *ato ilocucionário*<sup>57</sup>. Para ser considerado um ato ilocucionário, o ato de fala, para além de 1 - expressar sons, palavras ou frases e 2 - possuir termos que possuem referência e estabelecem relações de predicação, deve possuir o que pode ser caracterizado como uma função (asserir, questionar, alertar, questionar, censurar, prometer, etc)<sup>58</sup>. É por meio de atos ilocucionários que locutores “significam” (“mean”) algo, e, fortemente influenciado por Grice, Searle identifica tal algo com a *intenção* do locutor. Searle assume que a concepção de significado que toma de empréstimo de Grice está bem representada na seguinte passagem<sup>59</sup>: “To say that a speaker S meant something by X is to say that S intended the utterance of X to produce some effect in a hearer H by means of the recognition of this intention”. Os pontos básicos que Searle toma de empréstimo são, segundo ele: “[the] connection between meaning and intention”<sup>60</sup> e a seguinte característica de uma comunicação linguística:

In speaking I attempt to communicate certain things to my hearer by getting him to recognize my intention to communicate just those things. I achieve the intended effect on the hearer by getting him to recognize my intention to achieve that effect, and as soon as the hearer recognizes what it is my intention to achieve, it is in general achieved. (SEARLE, 2011, p.43)

---

<sup>57</sup> SEARLE, 2011, p. 23.

<sup>58</sup> Ibid., p. 23.

<sup>59</sup> Ibid., p. 43.

<sup>60</sup> Ibid., p. 43.

Da passagem fica claro que o que é propriamente digno da predicação de *significado* é a intenção do locutor. No entanto, como visto, o reconhecimento dessa intenção se faz pela comunicação de “certas coisas”, que foram usadas pelo locutor para que sua intenção transparecesse. Estas coisas, no entanto - as frases ou enunciados (internas a uma linguagem específica) usadas pelo locutor - não têm seu significado derivado das intenções do locutor. Seu significado é determinado por um conjunto de conhecimentos acerca de uma linguagem aplicados em um certo contexto e a partir do que Searle chama de “factual background assumptions”. Pelo primeiro fator determinante, Searle se refere ao conhecimento dos “significados das palavras (ou morfemas) que a compõem [a frase] e as regras sintáticas de acordo com as quais tais elementos são combinados” (SEARLE, 2005, p.117, tradução minha). A exigência de um contexto específico se faz necessária, por exemplo, nos casos de enunciados que possuam termos indexicais ou pronomes demonstrativos como, respectivamente, ‘aqui’ e ‘este’. Por fim, a exigência de “certain background assumptions” é condição para compreender, por exemplo, o significado de ‘on’ na seguinte frase: “[t]he cat is on the mat”<sup>61</sup>. Neste exemplo, segundo Searle, é duvidoso se a relação entre o gato e o telhado poderia ser compreendida no caso de estes estarem “outside any gravitational field relative to which one could be said to be ‘above’ or ‘over’ the other”<sup>62</sup>. Ou seja, a “background assumption” necessária para a compreensão do significado da frase em questão é a de que o gato e o telhado denotados estejam sob um campo gravitacional.

Estes três fatores determinam o que Searle denomina “significado frasal”<sup>63</sup>. Tal significado - o qual, ao menos nos casos de atos ilocucionários assertivos, determina um conjunto de condições de verdade - independe de qual seja a intenção significativa do locutor: seus condicionantes têm uma realidade intersubjetiva.

### **3.2.2. O lugar da metáfora dentro da taxonomia dos atos ilocucionários e a formulação do desafio da paráfrase.**

Há, portanto, dois condicionantes do significado de atos ilocucionários: o **significado do locutor** (aquilo que o locutor *significa* por meio do enunciado) e o **significado frasal** (aquilo que o enunciado de um ato ilocucionário *diz* por si só). Segundo Searle (2011, p. 45), “In our

---

<sup>61</sup> SEARLE, 2005, p. 79.

<sup>62</sup> Ibid., p. 80.

<sup>63</sup> No inglês: “sentence meaning” (Ibid., p. 77)

analysis of illocutionary acts, we must capture both the intentional and the conventional aspects [referindo-se, por este último, aos fatores determinantes do significado frasal] and especially the relationship between them”. Ou seja, os diferentes tipos de atos ilocucionários são compreendidos, dentre outros muitos fatores, pela relação que esses dois elementos têm entre si. Uma das relações entre tais elementos, que divide atos ilocucionários em dois grandes grupos, diz respeito à convergência entre eles. Se eles convergem, o ato é dito literal, quanto àqueles em que não há convergência, há uma gama de tipos de atos, dentre os quais está a metáfora.

Estes dois grupos de atos podem ser apresentados da seguinte forma: se o locutor do ato diz ‘S é P’ e *significa* ‘S é P’, então o ato é literal. Se, por outro lado, não há convergência entre tais elementos, o locutor diz ‘S é P’, mas *significa* ‘S é R’. A metáfora, segundo Searle, é um ato de fala que cai sob o segundo grupo: “According to me, the problem of explaining (simple subject-predicate) metaphors is to explain how the speaker and hearer go from the literal sentence meaning ‘S is P’ to the metaphorical utterance meaning ‘S is R’” (SEARLE, 2005, p. 88). Por isso, então, que Searle (2005, p. 77) afirma que o significado de metáforas “is always speaker's utterance meaning”.

Dito isso, pode-se definir o desafio de parafrasear uma metáfora ‘S é P’ como o de apresentar enunciados ‘S é R’ cujos significados sentenciais determinam o mesmo conjunto de condições de verdade que aquele determinado pelo que o locutor significou por meio de ‘S é P’.

### 3.2.3. Resposta searliana ao desafio.

Searle responde ao desafio da paráfrase no final de *Metaphor*<sup>64</sup>. Ali, ele oferece duas respostas diferentes que variam conforme a formulação exata que se dá ao desafio. Se o desafio for formulado como: “[i]s it possible to find or to invent an expression that will exactly express the intended metaphorical meaning R, in the sense of the truth conditions of R, for any metaphorical utterance of ‘S is P’ where what is meant is that ‘S is R’?”<sup>65</sup>, a resposta seria trivialmente *sim* e isso se seguiria do Princípio de Expressabilidade<sup>66</sup>.

No entanto, se o desafio for formulado como: "Does every existing language provide us exact devices for expressing literally whatever we wish to express in any given metaphor?"<sup>67</sup>,

<sup>64</sup> SEARLE, 2005, p. 114-116.

<sup>65</sup> Ibid., p. 114.

<sup>66</sup> Cujo significado será explicado na seção seguinte.

<sup>67</sup> Ibid., p. 114.

a resposta seria trivialmente *não*, pois, segundo Searle, é plenamente possível que uma língua não possua um vocabulário por meio do qual possa ser *dito* tudo que se pretende *significar*. Esta é, inclusive, na visão de Searle, uma das razões que nos levam a usar metáforas: elas possuem uma função catacrética. Ou seja, elas conseguem expressar metaforicamente o que não poderia ser dito por nenhuma expressão literal; elas preenchem um “buraco” (“gap”) em nosso vocabulário.

Existe ainda outro sentido em que Searle concebe serem metáforas intrinsecamente imparafraseáveis: “in metaphorical utterances, we do more than just state that S is R; [...] we state that S is R by way of going through the meaning of ‘S is P’ (SEARLE, 2005, p. 114). Ou seja, o que é intrinsecamente perdido em todas as paráfrases é que o significado sempre será expresso de forma direta: o ouvinte de uma paráfrase nunca passará pela mesma experiência de derivar o significado intencionado *a partir* do significado frasal, mas o receberá de pronto.

Tendo em vista, entretanto, que a questão da redutibilidade que o trabalho pretende responder é a de se há ou não algo *intrínseco* a metáforas que as impede de serem parafraseadas literalmente, as contingências de uma língua que fundamentam uma função catacrética a metáforas não são o foco do trabalho. Tendo em vista, ainda, que o desafio foi formulado como o de expressar *literalmente* (isto é, por outro meio) o significado de uma metáfora, tal intrínseca inadequação já está assumida como condição para o próprio desafio. A resposta de Searle que nos interessa aqui é, portanto, a que ele define como trivialmente positiva.

#### **3.2.4. Resposta positiva e o Princípio da Expressabilidade**

A resposta positiva de Searle ao desafio toma como razão suficiente a correção de um princípio assumido para toda a sua investigação sobre atos de fala. Searle formula tal princípio, no detalhe, em seu livro *Speech Acts*: “[...] for any meaning X and any speaker S whenever S means (intends to convey, wishes to communicate in an utterance, etc.) X then it is possible that there is some expression E such that E is an exact expression of or formulation of X” (SEARLE, 2011, p. 20). Além disso, o autor observa que por meio deste princípio não está dito que “it is always possible to find or invent a form of expression that will produce all the effects in hearers that one means to produce; for example, literary or poetic effects, emotions, beliefs, and so on” (SEARLE, 2011, p. 20).

Portanto, o que Searle defende por meio deste princípio é que, para todo significado do locutor, é possível oferecer expressões que *digam* o mesmo. Também, pela observação, fica uma vez mais claro que isto implica que o significado da expressão determinará as *mesmas*

*condições de verdade* daquelas determinadas pelo significado intencional e não as mesmas emoções ou efeitos poéticos. Sendo assim, antes mesmo de investigar os tipos de atos de fala que podem ser ditos “não-convergentes”, é assumido como princípio metodológico no estudo desses que é sempre possível encontrar um enunciado literal que signifique o mesmo que eles. Sendo o significado da metáfora idêntico ao *significado metafórico do locutor*, então deve haver também enunciados literais cujo significado determine as mesmas condições de verdade determinadas pelo significado do locutor da metáfora.

Dessa forma, pode-se dizer que o argumento de Searle em favor da redutibilidade de metáforas é composto fundamentalmente por duas premissas: 1 – metáforas são atos de fala não-convergentes e 2 – o princípio da expressabilidade é verdadeiro.

### **3.3. Reconstrução do argumento de Donald Davidson**

Para compreendermos os momentos em que Davidson se direciona ao DP é preciso compreender o objetivo principal do seu artigo *What Metaphors Mean* (1978). Segundo Davidson, a principal tese à qual ele objetou em seu artigo “is the idea that a metaphor has, in addition to its literal sense or meaning, another sense or meaning” e, como nota Reimer (2001, p. 143), “Davidson formulates his denial of metaphorical meanings in two independent ways—in terms of the notion of linguistic meaning and in terms of the notion of the communication or conveyance of ideas”. Concordo com Reimer que Davidson mova duas linhas argumentativas em favor de sua tese e defendo que a razão de Davidson enfrentar o DP duas vezes reside no fato de que em cada uma delas o desafio está a serviço de uma linha de argumento distinta. Na primeira delas, Davidson faz considerações acerca da relação entre a metáfora e aquilo que ela “nos faz ver”, sendo a resposta negativa ao DP mera consequência de suas considerações. No segundo argumento, no entanto, Davidson se volta à própria natureza daquilo que metáforas nos fazem ver, sendo a resposta ao DP não mera consequência de considerações precedentes, mas a própria fonte de razões para retirar o que metáforas nos fazem ver do escopo do que é compreendido sob a noção de um conteúdo cognitivo. A exposição, no detalhe, dessas duas respostas ao DP serão objeto das seções (3.3.1 e 3.3.2) seguintes.

#### **3.3.1. Primeira linha argumentativa**

O que eu chamarei de primeira linha argumentativa de Davidson é introduzida já no início de seu artigo. Ele afirma concordar com certos autores quanto à tese da impossibilidade

de parafrasear metáforas, mas discordar quanto às razões que os levaram a tal posição. O argumento próprio de Davidson é o de que metáforas não são parafraseáveis, pois “there is nothing there [in the metaphor] to paraphrase”<sup>68</sup>. Com isso, Davidson não quer dizer que metáforas não possuam significado, mas que este não é distinto do seu significado *literal*. Conforme ele: “Paraphrase, whether possible or not, is appropriate **to what is said**: we try, in paraphrase, to say it another way. But if I am right, a metaphor **doesn't say** anything beyond its literal meaning” (1978, p. 32, negrito nosso). Sendo assim, metáforas como “[m]an is a wolf”<sup>69</sup> ou “business is business”<sup>70</sup>, significam (ou *dizem*), respectivamente, uma falsidade e uma verdade trivial, e, nas palavras de Davidson (1978, p. 43), “this plain truth or falsehood needs no paraphrase – its given in the literal meaning of the words”.

Isso não quer dizer também, no entanto, que Davidson duvide da existência de metáforas ou que não creia que estas sejam distintas do discurso literal. Como ele próprio reconhece, “This is not, of course, to deny that a metaphor has a point”<sup>71</sup>. Em outra passagem ainda, ele não só admite concordar com “Max Black, Paul Henle, Nelson Goodman, Monroe Beardsley, and the rest in their accounts of what metaphor accomplishes”<sup>72</sup> como acrescenta que ela “accomplishes more and that what is additional is different in kind”<sup>73</sup>. Ou seja, Davidson concebe que *apesar* de uma metáfora não *significar* nada para além do seu significado literal, ela realiza (*accomplishes*) certas coisas.

O que distingue o tratamento davidsoniano da metáfora e que funda a sua resposta ao DP está, na verdade, na explicação “[of] how metaphor works its wonders”<sup>74</sup>. Davidson (1978, p. 33) defende que haja uma distinção “between what words mean and what they are used to do” e que a metáfora “belongs exclusively to the domain of use”. Nessa medida, a metáfora “is like assertion, hinting, lying, promising, or criticizing”<sup>75</sup>, não dependendo, então, na produção de suas realizações, senão “on the ordinary meanings of those words and hence on the ordinary meanings of the sentences they comprise”<sup>76</sup>. Peguemos como exemplo a frase “Ricardo é um porco” em que ‘Ricardo’ denota um ser humano. Dependendo do contexto no qual ela está inserida, ela pode ter diferentes usos. A frase pode ter um *uso mentiroso* no caso em que aquele que a enuncia conhece o referente de ‘Ricardo’, mas a direciona a alguém que não conhece;

---

<sup>68</sup> DAVIDSON, 1978, p. 32.

<sup>69</sup> BLACK, 1954, p. 286.

<sup>70</sup> DAVIDSON, 1978, p. 42.

<sup>71</sup> *Ibid.*, p. 32.

<sup>72</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>75</sup> *Ibid.*, p. 43.

<sup>76</sup> *Ibid.*, p. 33.



pode ter um uso assertivo no caso em que aquele que a enuncia está avistando, embora turvamente, um objeto que sabe ser nomeado 'Ricardo'; por fim, se tanto o locutor quanto ouvinte conhecem Ricardo, a frase pode ser dita ter um uso metafórico e, ao mesmo tempo, ser uma crítica a Carlos. Ou seja, é a partir do conhecimento do contexto (e isso inclui o conhecimento das crenças dos interlocutores) no qual o enunciado está presente que é possível inferir o seu uso, sendo o significado literal o mesmo em todos os casos. Como nota Davidson, de forma geral, "it is only when a sentence is taken to be false that we accept it as a metaphor and start to hunt out the hidden implication"<sup>77</sup>. É o confronto com uma tal "absurdity or contradiction"<sup>78</sup> o que nos leva a, "under proper circumstances, to take the sentence metaphorically"<sup>79</sup>.

A forma como Davidson caracteriza este confronto com a metáfora é fundamental para compreendermos a razão de não tratar das tais implicações da metáfora sob a noção de significado. Davidson em vários momentos aproxima esse confronto com uma relação de causa e efeito, o que levou Fogelin (2010), inclusive, a nomear o tratamento davidsoniano da metáfora como uma "causal theory"<sup>80</sup>: (1) "Joke or dream or metaphor can, like a picture or a **bump on the head**, make us appreciate some fact-but not by standing for, or expressing, the fact"<sup>81</sup>, (2) "No doubt metaphors often **make us** notice aspects of things we did not notice before"<sup>82</sup>, (3) "[...] they [outros filósofos que trataram sobre o funcionamento das metáforas] actually tell us (or try to tell us) something about the **effects** metaphors have on us"<sup>83</sup> e (4) "But in fact there is no limit to what a metaphor calls to our attention, and much of what we are **caused** to notice [...]"<sup>84</sup>.

O que ele pretende explicitar a partir dessas passagens é uma tese acerca do funcionamento das metáforas que é apresentada sob duas formas. A primeira forma está contida nas seguintes passagens: (5) "understanding a metaphor is as much a creative endeavor as making a metaphor, and as **little guided by rules**"<sup>85</sup>, (6) "**There are no instructions** for devising metaphors; **there is no manual** for determining what a metaphor 'means' or 'says'"<sup>86</sup>. A outra forma é expressa nas seguintes passagens: (7) "A metaphor does its work through other

---

<sup>77</sup> Ibid., p. 42

<sup>78</sup> Ibid., p. 42

<sup>79</sup> Ibid., p. 42

<sup>80</sup> FOGELIN, 2010, p.54.

<sup>81</sup> DAVIDSON, 1978, p. 46.

<sup>82</sup> Ibid., p. 45.

<sup>83</sup> Ibid., p. 45.

<sup>84</sup> Ibid., p. 46.

<sup>85</sup> Ibid., p. 31.

<sup>86</sup> Ibid., p. 31.

intermediaries--to suppose it can be effective only by conveying a **coded message** is like thinking a joke or a dream makes some statement which a clever interpreter can restate in plain prose"<sup>87</sup>, (8) "Finally, if words in metaphor bear a **coded** meaning"<sup>88</sup> e (9) "The various theories we have been considering mistake their goal. Where they think they provide a method for deciphering an **encoded content**, they actually tell us (or try to tell us) something about the effects metaphors have on us"<sup>89</sup>. Seja pelo uso dos termos 'regra', 'instruções' ou 'código', o que Davidson parece estar defendendo é que a metáfora não é algo a ser *decifrado*. Não é uma mensagem cujo conteúdo é determinável por um procedimento constituído intersubjetivamente, mas envolve um elemento livre e subjetivo. Ao contrário de uma interpretação guiada por regras, Davidson aproxima o confronto com uma metáfora a um processo estético livre. Além de, como já citado em (5), ser um processo criativo, Davidson defende que "the act of interpretation is itself a work of the imagination"<sup>90</sup>, sendo o efeito da metáfora fruto "[of the] imaginative employment of words and sentences"<sup>91</sup> e caracterizando a novidade ou surpresa proveniente da metáfora como "a built-in aesthetic feature"<sup>92</sup>. É nessa esteira que é defendido que "a metaphor implies a kind and degree of artistic success"<sup>93</sup>, de forma que "there is no test for metaphor that does not call for taste"<sup>94</sup>.

O que sugeri que compreendamos, portanto, como a primeira linha argumentativa de Davidson é, em suma, a seguinte:

- Paráfrases são destinadas a expressar, de outra forma, o que é dito (ou significado) por um certo enunciado.
- O processo de interpretação de metáforas não é guiado por regras.
- Premissa tácita: para que o conteúdo *expresso* por um enunciado possa ser identificado com o seu significado, é necessário que a sua interpretação possa ser guiada por regras.
- Logo, o conteúdo expresso por metáforas não pode ser identificado com o significado de metáforas

---

<sup>87</sup> Ibid., p. 46.

<sup>88</sup> Ibid., p. 45.

<sup>89</sup> Ibid., p. 45.

<sup>90</sup> Ibid., p. 31.

<sup>91</sup> Ibid., p. 33.

<sup>92</sup> Ibid., p. 38.

<sup>93</sup> Ibid., p. 31.

<sup>94</sup> Ibid., p. 31.

- Logo, metáforas não são parafraseáveis (a menos que a paráfrase se volte exclusivamente ao significado *literal* destas).

### 3.3.2. Segunda linha argumentativa

O primeiro argumento de Davidson parece ter, portanto, uma importante ênfase na noção de 'significado' e por isso Davidson levanta a seguinte suspeita:

If this is right, what we attempt in 'paraphrasing' a metaphor cannot be to give its meaning, for that lies on the surface; rather we attempt to evoke what the metaphor brings to our attention. I can imagine someone granting this and shrugging it off as no more than an insistence on restraint in using the word 'meaning.' This would be wrong. (DAVIDSON, 1978, p. 46)

A suspeita é, portanto, a de uma possível objeção de que a imparafraseabilidade da metáfora se deva a uma questão meramente nominal. Davidson possuiria uma noção excessivamente restritiva de significado, do que se segue que, de início, as realizações das metáforas sequer estariam sujeitas à paráfrase. No entanto, Davidson nega que isso seja o caso. Em resposta à suspeita, ele afirma que:

The central error about metaphor is most easily attacked when it takes the form of a theory of metaphorical meaning, but behind that theory, and storable independently, is the thesis that associated with a metaphor is a cognitive content that its author wishes to convey and that the interpreter must grasp if he is to get the message. This theory is false, whether or not we call the purported cognitive content a meaning. (DAVIDSON, 1978, p. 46)

A ênfase desta "tese" não pode ser atribuída à existência de um desejo (*wishes*) ou intenção da parte do seu autor, pois para além de, como já citado, Davidson reconhecer que metáforas têm "a point"<sup>95</sup>, no último parágrafo de seu artigo, ele caracteriza a *elucidação* da metáfora como um processo de exposição "[of] what the author of a metaphor **wanted** us to see"<sup>96</sup>. Portanto, independentemente do conteúdo do que ela nos faz ver, o autor da metáfora pretendia que, por meio do uso de uma certa frase literal em um certo contexto, nós víssemos certas coisas. Nessa medida, sugiro que o que há de distintivo em sua tese (chamarei esta tese

---

<sup>95</sup> Ibid., p. 32.

<sup>96</sup> Ibid., p. 47.

de T) é a asserção de que "associated with a metaphor is a cognitive content"<sup>97</sup>. Dito isso e considerando essa tentativa de se desvencilhar de uma questão meramente nominal envolvendo a predicação de 'significado' às realizações das metáforas, poderia se pensar que ao voltar-se a essa nova tese Davidson estaria buscando uma linha argumentativa completamente alheia à noção de significado. No entanto, isso não parece ser o caso. Vejamos, em primeiro lugar, como Davidson caracterizou anteriormente a noção de conteúdo cognitivo:

There is, then, a tension in the usual view of metaphor. For on the one hand, the usual view wants to hold that a metaphor does something no plain prose can possibly do and, on the other hand, it wants to explain what a metaphor does by appealing to a **cognitive content--just the sort of thing plain prose is designed to express**. (DAVIDSON, 1978, p. 45, negrito nosso)

Davidson define, aqui, a noção de 'conteúdo cognitivo' ao tratar de um suposto problema inerente às teses irredutibilistas da metáfora que o antecederam. Os autores que defenderam tais teses afirmaram que a irredutibilidade da metáfora ao discurso literal se deve ao fato de que aquelas expressam certos conteúdos cognitivos de um tipo ou natureza (*sort*) tal que não pode ser expresso por vias literais. O problema que Davidson vê aí é que, *enquanto* um *conteúdo cognitivo*, aquilo que é expresso por metáforas é exatamente da mesma natureza do que é expresso pelo discurso literal (do que se segue que apelar a certos conteúdos cognitivos não ofereceria razões em favor do irredutibilismo), pois conteúdo cognitivo "[is] just the sort of thing plain prose [isto é, o discurso literal] is designed to express". Ora, uma vez que Davidson assume que o que é expresso por vias literais pode ser indicado pela noção de "significado", então a sua resposta à objeção continua enredada em questões conceituais acerca da natureza do significado. A única diferença em relação a sua primeira linha argumentativa é que agora não tirará as realizações do parafraseável tendo por base um argumento acerca do tipo de relação que metáforas mantêm com suas realizações, mas um argumento acerca da própria natureza de tais realizações. Confirma isso a forma como Davidson prossegue o seu argumento:

If what the metaphor makes us notice were finite in scope and propositional in nature, this would not in itself make trouble; we would simply project the content the metaphor brought to mind onto the metaphor. But in fact there is no limit to what a metaphor calls to our attention, and much of what we are caused to notice is not propositional in character. (DAVIDSON, 1978, p.46)

---

<sup>97</sup> Ibid., p. 46.

Essa passagem confirma tanto que (1) a nova linha argumentativa se volta à natureza das realizações de metáforas, quanto que (2) a sua análise da natureza de tais realizações implica na retirada destas do escopo do que é significado por metáforas. Em primeiro lugar, pois alude à natureza infinita e não proposicional das realizações e, em segundo lugar, pois afirma que tal natureza é suficiente para que não projetemos "the content the metaphor brought to mind onto the metaphor". O segundo ponto confirmado pela passagem fica mais claro se notarmos que, em outro momento do artigo, ao defender a dissociação entre o que é significado e o que é realizado por metáforas (tomando por base a caracterização das realizações como *efeitos*), Davidson formula uma frase muito similar à recém citada<sup>98</sup>: "The common error is to fasten on the contents of the thoughts a metaphor provokes and to **read these contents into the metaphor itself**"<sup>99</sup>.

Feita essa aproximação entre T e a noção de significado, passo a uma breve reconstrução da segunda linha argumentativa de Davidson e, para isso, começo elaborando qual seria, para Davidson, a atividade mental fundamental que a metáfora nos leva a exercer. Segundo o autor: "Metaphor makes us see one thing as another by making some literal statement that inspires or prompts the insight"<sup>100</sup>. Em certa medida, isso nos levaria a "attend to some likeness, often a novel or surprising likeness, between two or more things"<sup>101</sup>, o que caracterizaria uma dimensão proposicional da metáfora: ela nos levaria a predicar propriedades de duas ou mais coisas, apontando, então, para uma redutibilidade da metáfora ao discurso literal. Como já visto, no entanto, a redutibilidade não é plausível por dois motivos: "[1] there is no limit to what a metaphor calls to our attention, and [2] much of what we are caused to notice is not propositional in character"<sup>102</sup>.

Ou seja, em primeiro lugar, Davidson entende que a sugestão da metáfora de vermos "algo como outro" não implica em uma determinação precisa das semelhanças a serem notadas entre as coisas e nesse sentido os seus efeitos são contínuos e potencialmente infinitos. Como ilustração disso, por exemplo, é apresentado o caso de alguém que menciona a beleza de certa linha presente em uma gravura de Picasso. Assim como ocorreria com metáforas, quem ouve a menção é levado a atentar aos mais diversos detalhes presentes, sem haver, em princípio, um fim para os aspectos que podem ter agradado aquele que fez a menção.

---

<sup>98</sup> Aqui me refiro à frase "we would simply project the content the metaphor brought to mind onto the metaphor".

<sup>99</sup> DAVIDSON, 1978, p. 45.

<sup>100</sup> Ibid., p. 47.

<sup>101</sup> Ibid., p. 33.

<sup>102</sup> Ibid., p. 46.

Em segundo lugar, Davidson sustenta que conteúdos de natureza proposicional, quando compõem, compõem apenas *parcialmente* aquilo que metáforas nos levam a ver. Já no início do artigo, Davidson havia mencionado as diferentes naturezas dos efeitos produzidos por metáforas: "visions, thoughts and feelings"<sup>103</sup>. Em outro momento, ao analisar a metáfora "He was burned up"<sup>104</sup> quando esta ainda era viva, afirmou que dentre os seus efeitos estaria o de representar a imagem de uma pessoa "[with] fire in the eyes or smoke coming out of the ears"<sup>105</sup>. Isso leva Davidson a concluir que, "Since in most cases what the metaphor prompts or inspires is not entirely, or even at all, recognition of some truth or fact, the attempt to give literal expression to the content of the metaphor is simply misguided"<sup>106</sup>. Quanto a estes conteúdos de natureza não-proposicional, o filósofo pensa ser o direcionamento do DP às metáforas tão equivocado quanto, por exemplo, às fotografias: "How many facts or propositions are conveyed by a photograph? None, an infinity, or one great unstatable fact? Bad question. A picture is not worth a thousand words, or any other number. Words are the wrong currency to exchange for a picture"<sup>107</sup>.

A sua segunda linha argumentativa parece seguir, em suma, o seguinte esquema:

- Paráfrases expressam literalmente o que é expresso por metáforas.
- Premissa tácita: o que é expresso literalmente é de natureza proposicional e finito em escopo.
- O que é expresso por metáforas não é, em grande medida, de natureza proposicional nem finito em escopo.
- Logo, não é possível expressar literalmente tudo aquilo que é expresso por metáforas.
- Logo, não é possível parafrasear plenamente metáforas.

---

<sup>103</sup> Ibid., p. 41.

<sup>104</sup> Ibid., p. 38.

<sup>105</sup> Ibid., p. 38.

<sup>106</sup> Ibid., p. 47.

<sup>107</sup> Ibid., p. 47.

#### 4. O QUE FUNDA A DIVERGÊNCIA ENTRE AS RESPOSTAS DE BLACK, SEARLE E DAVIDSON AO DP?

A divergência das respostas de Black, Searle e Davidson ao DP é, em suma, função da divergência de respostas que eles dão a duas questões: 1 - qual a relação que a metáfora mantém com as suas realizações? e 2 - qual a natureza destas realizações? Por isso, a fim de distinguir o que funda a resposta deles ao DP, procurarei estabelecer, nas seções 3.1 e 3.2 deste capítulo, respectivamente, as diferenças entre as respostas da trinca de autores às questões 1 e 2.

##### 4.1. Davidson contra Black e Searle

O ponto central de divergência entre Davidson<sup>108</sup>, de um lado, e Black e Searle, de outro, está expresso em dois parágrafos cujos pontos centrais cito:

I depend on the distinction between what words mean and what they are used to do. I think metaphor belongs exclusively to the domain of use. [...] It is no help in explaining how words work in metaphor to posit metaphorical or figurative meanings, or special kinds of poetic or metaphorical truth. [...] Literal meaning and literal truth conditions can be assigned to words and sentences **apart from particular contexts** of use. This is why adverting to them has genuine explanatory power. (DAVIDSON, 1978, p. 33, grifo nosso)

Aqui, Davidson esclarece o tipo de regras por meio das quais uma frase deve ser interpretada para que aquilo que ela expressa seja identificado com o seu significado: regras que independem do contexto. Mais especificamente, de acordo com o literalismo: regras que determinam o *significado literal* dos termos e frases da linguagem. Ou seja, Davidson nega o título de "significado" a qualquer conteúdo que o locutor de uma frase *intencione expressar* (aquilo que Searle chama de *significado do locutor*) que seja distinto daquele que é determinado pelas *regras literais* (não contextuais) da língua. Por isso que Davidson nega a existência de um significado metafórico ou figurativo, defendendo, mais à frente, que "as much of metaphor as can be explained in terms of meaning may, and indeed must, be explained by appeal to the literal meanings of words"<sup>109</sup>. Por esta razão que, ao encarar o DP, Davidson oferece uma resposta negativa. Davidson define o DP como o desafio de apresentar literalmente o

<sup>108</sup> Nesta seção, ao tratar de Davidson, me refiro particularmente à sua primeira resposta ao DP.

<sup>109</sup> DAVIDSON, 1978, p. 41.

significado de metáforas. Como, no entanto, o 'significado' de uma frase é identificado com o seu *significado literal*, nenhuma realização *não literal* da metáfora está sujeita à paráfrase<sup>110</sup> e, portanto, por esbarrar em uma questão conceitual, a sua formulação do DP não se mostra útil para a questão da redutibilidade de metáforas.

Black e Searle estão de acordo com Davidson quanto ao fato de que para que as realizações de certo enunciado sejam identificadas com o seu significado este deve ser, da parte do ouvinte, inferível a partir de regras. Searle defende essa premissa de forma explícita quando afirma que: "The meaning of a sentence is determined by rules"<sup>111</sup>. Black (1977, p. 437, negrito nosso) também parece assumi-la, por mais que implicitamente, na passagem onde formula a sua noção de significado: "I use 'meaning' here for whatever a **competent** hearer may be said to have grasped when he succeeds in responding **adequately** to the actual or hypothetical verbal action consisting in the serious utterance of the sentence(s) in question"<sup>112</sup>. Ora, a ideia de uma *resposta adequada* parece implicar que existem formas corretas e formas incorretas de interpretar uma frase e parece plausível identificar estas formas com *procedimentos*. Neste panorama, também parece plausível afirmar que a diferença entre um procedimento adequado e um inadequado são os princípios ou regras que os regem, do que segue um comprometimento implícito, da parte de Black, com a premissa aludida.

O aspecto sob o qual Searle e Black divergem de Davidson são suas noções de significado. Diferentemente de Davidson, ambos admitem a possibilidade de um outro tipo de significado (o *significado do locutor*), o qual é determinado por regras de outro tipo. Além de conceberem a existência deste tipo de significado, ambos assumem a sua existência como necessária para explicarem o significado de metáforas.

No caso de Searle, isso fica claro pela sua distinção entre significado frasal e significado do locutor e por considerar que "Metaphorical meaning is always speaker's utterance meaning"<sup>113</sup>. Além disso, na penúltima seção do seu artigo<sup>114</sup>, Searle expõe oito princípios ou regras que, dado o contexto no qual a metáfora é proferida (ou seja, não são regras aplicáveis

<sup>110</sup> Do que se segue a sua imparafraseabilidade.

<sup>111</sup> SEARLE, 2011, p. 48.

<sup>112</sup> A partir desta passagem, juntamente com considerações feitas na seção 3.1, é possível reconstruir as razões de, ao direcionar o desafio da paráfrase às metáforas interativas, Black tratar de uma inadequação da frase-produto em reproduzir o *conteúdo cognitivo* e não o *significado* da frase-original (questão que foi deixada em aberto na seção 2.1.1). Sugiro que ao usar *conteúdo cognitivo*, neste contexto, Black esteja tomando por base esta aproximação entre significado e uma *resposta adequada*, a qual englobaria conteúdos de natureza outra que aqueles expressos por "bundles of statement of fact" (BLACK, 1977, p. 456). A escolha nominal por *conteúdo cognitivo* teria por motivação, então, deixar claro que o DP não estaria restrito à reprodução de conteúdos comumente entendidos sob o título de significado, a saber aqueles expressos por "statement[s] of fact".

<sup>113</sup> SEARLE, 2005, p. 77.

<sup>114</sup> Ibid., p. 103-112.



independentemente do contexto), podem ser usadas para que o ouvinte infira, a partir do significado frasal do enunciado metafórico, o significado do locutor deste.

No caso de Black, este ponto transparece quando, em *More About Metaphor*, Black esclarece o que, em *Metaphor*, chamou de *shifts* de significado que ocorrem no elemento subsidiário de uma metáfora (isto é, na expressão da metáfora que possui um uso metafórico). Como explicado por Black, a interação que ocorre em uma metáfora nos leva a selecionar algumas das implicações que compõem o sistema de implicações do elemento subsidiário e aplicá-las ao elemento principal. Na mesma medida, Black afirma que tal interação implica em uma mudança (*shift*) no significado do elemento subsidiário. Tal afirmação, segundo Black, levou alguns autores a lhe imputarem o comprometimento com a tese de que em uma metáfora o significado literal do elemento subsidiário é alterado, o que motivou Black, em *More About Metaphor*, a esclarecer que: "[he] meant, of course, a shift in the **speaker's meaning** - and the corresponding *hearer's* meaning - what both of them understand by the words, as used on the particular occasion"<sup>115</sup>. Além disso, por mais que tenha dado menos atenção do que Searle a este ponto, Black também postulou<sup>116</sup> alguns princípios que guiam, dado certo contexto no qual a metáfora é proferida, a interpretação do seu significado.

Sendo assim, fica claro que as divergências das respostas de Davidson, Black e Searle ao DP estão fundadas em formulações diferentes do desafio. Por mais que *nominalmente* os três definam o desafio como o de apresentar o significado da metáfora por vias literais, Davidson compreende o desafio de forma *realmente* distinta. Enquanto Black e Searle assumem o significado não literal de metáforas como constituintes do parafraseável, Davidson parte de uma concepção restrita de significado, a qual só abarca como significativos, conteúdos determinados por regras aplicáveis independentemente de contextos particulares, ou seja, o significado literal de frases. Nesse sentido, estou de acordo com Macha quando este nota que a dissociação entre as realizações das metáforas e o seu significado (e a conseqüente retirada destas do parafraseável e sua resposta negativa ao DP) "restricts the validity of Davidson's critical remarks on conceptions of meaning that are minimalistic"<sup>117</sup>.

---

<sup>115</sup> BLACK, 1977, p. 443, negrito nosso.

<sup>116</sup> BLACK, 1954, p. 444.

<sup>117</sup> MACHA, 2012, p. 191.

## 4.2. Searle, Black, Davidson e a natureza das realizações da metáfora.

As considerações da trinca de autores acerca da natureza das realizações das metáforas também parecem variar relativamente às diferentes noções que estes têm acerca daquilo que está sujeito à paráfrase. Tal diferença implica em uma divergência em como o DP é formulado, de um lado, por Searle e, de outro, por Black e Davidson<sup>118</sup> e, conseqüentemente, nas respostas destes dois "grupos" a ele. A diferente formulação do DP por Searle pode ser compreendida a partir da introdução da distinção entre o que ele chama de efeitos ilocucionários e perlocucionários. Esta fica visível na seguinte passagem:

If we could get an analysis of all (or even most) illocutionary acts in terms of perlocutionary effects, the prospects of analyzing illocutionary acts without reference to rules would be greatly increased. The reason for this is that language could then be regarded as just a conventional means for securing or attempting to secure natural responses or effects. The illocutionary act would then not essentially involve any rules at all. (SEARLE, 2011, p. 71)

O que transparece por esta passagem é que Searle caracteriza efeitos perlocucionários como produtos de atos de linguagem que não podem ser inferidos por um procedimento de interpretação (da parte do ouvinte) regrado, sendo por isso que a explicação de tais efeitos não envolveria "reference to rules". Tal independência de regras leva Searle a concluir, alguns parágrafos à frente, que uma hipotética teoria da linguagem que pensasse todos os atos de fala como perlocucionários deveria repousar sobre "[a] stimulus-response account of meaning"<sup>119</sup>. As naturezas dessas respostas são, de acordo com Searle, certas "actions, thoughts, or beliefs"<sup>120</sup> que o ouvinte é levado a executar ou representar. Como instâncias de tais efeitos, Searle cita, por exemplo, o convencimento, o alarme, o esclarecimento ou até a inspiração do ouvinte.

No entanto, Searle claramente discorda que a relação que um efeito perlocucionário mantém com um ato de fala possa ser compreendida sob uma teoria do significado. Em dado momento Searle chega a conceder que efeitos perlocucionários estejam ligados com o significado de um ato de fala: "The meaning of the sentence 'Get out' **ties** it to a particular intended perlocutionary effect, namely getting the hearer to leave"<sup>121</sup>. Mas o fato de estar *ligado* certamente não implica que *componha* o significado da frase. Searle deixa isso claro quando

---

<sup>118</sup> Neste caso, o DP como formulado no seu segundo argumento.

<sup>119</sup> SEARLE, 2011, p. 71.

<sup>120</sup> Ibid., p. 25.

<sup>121</sup> Ibid., p. 46.

expõe qual seria o efeito próprio de atos de fala que possuem significado (atos ilocucionários): a *compreensão* (*understanding*). O filósofo sustenta que "*Understanding a sentence is knowing its meaning*"<sup>122</sup> e que "*The meaning of a sentence is determined by rules*"<sup>123</sup>, do que se segue que o efeito de um ato ilocucionário caracteriza-se como o processo de inferir o significado de um enunciado por meio de regras. Nessa medida, todo conteúdo de um ato de fala não inferível por meio de regras não pode ser identificado com o seu significado, o que exclui efeitos perlocucionários do escopo do significado de um ato de fala.

Para Searle, metáforas possuem significado, elas são atos ilocucionários assertivos. Para ser mais exato, ao proferir uma metáfora, o locutor realiza dois atos ilocucionários: "The primary illocutionary act [which is not literally expressed] is performed indirectly by way of performing the secondary illocutionary act [which is literally expressed]"<sup>124</sup>. Portanto, metáforas não *estimulam* certas *respostas* do ouvinte, mas *significam* certos conteúdos ao ouvinte. Além disso, enquanto assertivos, atos de fala metafóricos *significam* conteúdos de natureza específica: "[assertive acts] commit the speaker to the existence of the set of truth conditions determined by [its] meaning"<sup>125</sup>. Sendo assim, se aquilo que o DP se questiona é se "Is it possible to find or to invent [a literal] expression that will exactly express the intended metaphorical meaning"<sup>126</sup> e tal "intended metaphorical meaning" é um conjunto de condições de verdade, parece que a própria formulação do desafio impede que a postulação de algum conteúdo diferente de uma condição de verdade (como certos efeitos perlocucionários) motive uma resposta negativa ao desafio. Confirma isso, também, o fato de que, após apresentar em *Speech acts* o que entende por seu princípio da expressabilidade (cujá correção é fundamental para a sua resposta positiva ao DP), Searle faz a observação (já mencionada de forma resumida em 2.2.4) de que

it should be emphasized that the principle of expressibility does not imply that it is always possible to find or invent a form of expression that will produce all the effects in hearers that one means to produce; for example, literary or poetic effects, emotions, beliefs, and so on. We need to distinguish what a speaker means from certain kinds of effects he intends to produce in his hearers. This topic will be expanded in chapter 2. (SEARLE, 2011, p. 20)

---

<sup>122</sup> Ibid., p. 48.

<sup>123</sup> Ibid., p. 48.

<sup>124</sup> Ibid., p. 144.

<sup>125</sup> Ibid., p. 79.

<sup>126</sup> Ibid., p. 114.

Considerando que os efeitos sobre os quais Searle tratará no capítulo 2 são justamente os efeitos perlocucionários, fica claro que a expressão destes não é condição para que a paráfrase literal de uma metáfora seja dita plena para Searle. Na mesma medida, fica claro que o DP de Searle serve pouco à polêmica acerca da irredutibilidade de metáforas. Uma vez caracterizada a metáfora como um ato de fala assertivo (e, portanto, um ato de fala tal cujo significado não é senão um conjunto de condições de verdade) e caracterizado o DP como o desafio de reproduzir literalmente este *significado*, por mais que fosse sustentado que metáforas estimulam certos efeitos não proposicionais nos ouvintes, isso não poderia motivar uma resposta negativa ao DP, pois tais efeitos sequer estariam sujeitos à paráfrase. Sendo assim, o problema envolvido no desafio se reduz à mera questão de se é possível ou não expressar diretamente o que foi expresso indiretamente - o que não causou nenhuma dor de cabeça a alguém que supõe a correção do princípio de expressabilidade.

Diferentemente do filósofo dos atos de fala, Black e Davidson partem de uma formulação mais ampla do desafio. Enquanto Black possui uma noção mais abrangente de significado que parece abranger mesmo o que Searle compreende como um efeito perlocucionário, Davidson, na sua segunda linha argumentativa, confronta o DP a fim de demonstrar que os efeitos de metáforas, sejam estes identificados ou não com o seu significado, não expressam qualquer conteúdo cognitivo. Considerando que Davidson identifica a natureza de conteúdos cognitivos com a natureza daquilo que é expresso pela linguagem literal, o DP se torna a tentativa de expressar literalmente quaisquer que sejam os efeitos de uma metáfora. Portanto, tanto a formulação do “segundo DP” de Davidson quanto aquela que Black dá ao desafio assumem que conteúdos de natureza distinta daqueles expressos literalmente estão sujeitos à paráfrase, do que se segue que o DP pode ser útil à questão da redutibilidade de metáforas. Como visto no capítulo passado, não só pôde como de fato foi útil. Black e Davidson responderam negativamente ao DP com base em razões que apontam para uma irredutibilidade entre o discurso metafórico e o literal.

É importante ressaltar, no entanto, que a divergência das respostas entre os três não se funda exclusivamente nas suas diferentes formulações ao DP, mas essas possuem diferenças reais. A principal delas está fundada na defesa de Searle de que metáforas são “**metaphorical assertions**”<sup>127</sup>. Uma vez que atos ilocucionários assertivos são tomados como aqueles que “[we] characterize [...] as true or false”<sup>128</sup>, Searle também deve assumir, como nota Burkhardt (1990,

---

<sup>127</sup> SEARLE, 2005, p. 88.

<sup>128</sup> Ibid., p.13.

p.309), que "metaphorical utterances can be true or false". Esse é um dos pontos fundamentais de diferença para as caracterizações de Davidson e Black da metáfora e que motivou Davies (1983) a caracterizar a teoria da metáfora de Searle como uma espécie de teoria proposicional da metáfora, contrapondo-a "[to the] image theory"<sup>129</sup> de Davidson.

Black e Davidson, por outro lado, pensam ser metáforas fundamentalmente não proposicionais. Ambos compartilham a intuição de que a função principal de metáforas não é a de declarar fatos, mas a de nos fazer *ver algo como outro algo* e esta mesma intuição os leva a responder negativamente ao DP. É esta intuição fundamental que Black tentou precisar ao aproximar metáforas de filtros ou de modelos e que está por trás da sua defesa de que metáforas são dispositivos para nos mostrar "how things are", os quais não deveriam ser avaliados como verdadeiros ou falsos, mas *apropriados* ou *inapropriados*, *corretos* ou *incorretos*. Também é esta a caracterização do processo metafórico que Davidson pensou ser adequada para nomear o que subjaz ao fato de que "in most cases what the metaphor prompts or inspires is not entirely, or even at all, recognition of some truth or fact"<sup>130</sup>.

Apesar de residir no funcionamento desta "visão" o mistério da irredutibilidade da metáfora, o próprio Black nota que "the chief weakness of the 'interaction' theory [is the] lack of clarification of what it means to say that in a metaphor one thing is thought of (or viewed) as another thing"<sup>131</sup>. Na mesma medida fica pouco claro como essa intuição básica motiva as denúncias da inerente inadequação de paráfrases literais por divergirem quanto à ênfase, serem muito prolixas ou não reproduzirem toda a *atmosfera*, *sugestões* ou *conotações* da metáfora. Davidson também, para além de afirmar que "[a] metaphor makes us attend to some likeness [...] between two or more things"<sup>132</sup>, não oferece uma exposição clara do funcionamento de metáforas, mas defende que ela tem por realizações efeitos que por duas razões são irredutíveis ao discurso literal. Assim como no argumento de Black, Davidson alude ao fato que parte das realizações de metáforas não é de natureza proposicional, envolvendo a representação de imagens, por exemplo. Diferentemente de Black, no entanto, Davidson também move, em favor da irredutibilidade de metáforas, uma tese acerca do escopo das realizações das metáforas. Segundo ele, este seria potencialmente infinito e por isso não seria possível expressá-lo de forma plena.

---

<sup>129</sup> DAVIES, 1983, p. 67.

<sup>130</sup> DAVIDSON, 1978, p. 47.

<sup>131</sup> BALCK, 1979, p.142.

<sup>132</sup> DAVIDSON, 1978, p.33.

## 5. CONCLUSÃO

Buscou-se, neste trabalho, analisar como Max Black, John Searle e Donald Davidson responderam a uma das questões que estiveram na pauta do debate contemporâneo dentro da filosofia da linguagem acerca de metáforas: a de se metáforas seriam ou não redutíveis ao discurso literal. Definiu-se, primeiramente (quando tratado, na introdução, da posição substitucionista da metáfora), de forma genérica, que a redutibilidade de um discurso X a outro Y consistiria na capacidade de que tudo que fosse expresso por X pudesse ser expresso por Y. Além disso, foi sustentado que, ao longo deste debate, as considerações acerca da questão da redutibilidade de metáforas estiveram, em grande medida, contidas nos argumentos articulados pelos autores em resposta a um certo desafio: o desafio da paráfrase (DP). Tal desafio foi formulado, genericamente, como o de responder à questão de se “poderiam metáforas ser plenamente parafraseadas por expressões literais?” e a utilidade de uma análise das respostas dadas a ele reside no fato de que, de forma geral, enquanto uma resposta positiva implicaria que tudo aquilo que é expresso por uma metáfora pode ser expresso por vias literais (apontando para uma redutibilidade das metáforas), uma resposta negativa a ele implicaria que há algo de literalmente inefável naquilo expresso por uma metáfora (apontando para uma irredutibilidade da metáfora).

Na seção 2 foi formulado de forma mais precisa o que Black, Searle e Davidson compreenderam pelo DP: o desafio de fornecer uma frase-produto (composta por expressões literais) cujo *significado* fosse idêntico àquele da frase-original (uma metáfora). Além disso foi exposta uma relevante crítica de Camp (2006) às pretensões do DP. Em suma, segundo a autora, uma resposta positiva ou negativa ao DP não implicaria necessariamente em uma resposta à questão da redutibilidade da metáfora. A tentativa de parafrasear metáforas poderia ser condicionada por fatores comuns à parafraseabilidade de qualquer tipo de discurso e não por um traço distintivo do discurso metafórico, o que despiria a análise das respostas ao DP de sua utilidade ao objetivo mais geral do trabalho. A crítica foi acatada com a ressalva de que, por mais que o DP não *necessariamente* implique tese alguma sobre a redutibilidade de metáforas, ele *de fato* foi usado por Black com este intuito. Sendo Black o primeiro autor a trazer este debate à filosofia, é de se esperar que os autores que o responderam e herdaram este debate tenham respondido o DP com o mesmo intuito. Partindo desta aposta que a utilidade do DP foi restituída.

Após o percurso executado nas seções 3 e 4, pudemos notar que a aposta se concretizou parcialmente. A resposta de Searle e a primeira resposta de Davidson ao DP foram

significativamente condicionadas pelas suas concepções de significado. Davidson, em sua primeira resposta ao DP, partiu de uma noção um tanto restritiva de significado, a qual só concebia como *significativos* os conteúdos de uma frase inferíveis por meio de regras que independem do contexto no qual ela foi usada, ou seja, uma concepção de significado que só concebia a possibilidade de um significado *literal*. Considerando ainda que Davidson negou que aquilo que metáforas “nos fazem ver” pudesse ser inferido por regras, ele sequer aceitou as tais realizações como parafraseáveis, pois estas não comporiam o seu significado. Nessa medida, o confronto ao DP sequer tangenciou a questão da redutibilidade, servindo apenas para confirmar a sua tese de que as realizações da metáfora não podem ser identificadas com o seu significado.

Assim como Davidson, Searle compartilha da premissa de que para que certo conteúdo seja abarcado sob a noção de significado ele deve ser inferível por meio de certas regras (ou, nos termos de Searle, *compreensível*). No entanto, diferente de Davidson, Searle estende a noção de significado para além da de significado literal, reconhecendo a possibilidade de um significado do locutor, ou seja, um conteúdo que o locutor intencionou significar (*significou*) por meio de certa frase. Para Searle, o significado de metáforas é sempre o significado do locutor, e as regras a partir das quais este é decifrado são princípios que conectam este ao significado frasal da metáfora (isto é, aquilo que a metáfora *diz*). Além disso, Searle assume como princípio metodológico a correção do Princípio da Expressabilidade, segundo o qual tudo que é *significado* pode ser *dito*, concluindo disso que tudo que uma metáfora *significa* pode ser *dito* (isto é, pode ser expresso por uma frase cujo significado literal é idêntico àquilo que é *significado* pela metáfora), apontando, portanto, para uma resposta redutibilista ao DP. No entanto, o redutibilismo searliano deve ser compreendido como meramente parcial. Searle distingue entre o efeito da *compreensão* (o processo de inferir o significado de uma frase por meio de regras) e os efeitos perlocucionários (efeitos apenas *causados* pela frase, não inferíveis por um procedimento) e, segundo ele, o Princípio da Expressabilidade não vale para os efeitos perlocucionários, os quais incluem, por exemplo, “poetic effects [and] emotions”<sup>133</sup>. Sendo assim, em sua resposta ao DP, Searle não “põe” todas as realizações da metáfora dentro do parafraseável, retirando deste escopo conteúdos que poderiam motivar a assunção de uma posição irredutibilista.

Por outro lado, tanto a “segunda resposta” de Davidson quanto a resposta de Black ao DP partiram de um escopo menos restrito daquilo que estaria sujeito à paráfrase, sendo, nessa

---

<sup>133</sup> (SEARLE, 2011, p. 20).

medida, mais efetivas no tratamento da questão da redutibilidade. No caso de Davidson, a extensão do escopo é feita como resposta à suspeição de que a sua primeira linha argumentativa estaria fundada em uma concepção muito restrita de *significado*. Como resposta a isto, Davidson pretende sustentar a sua negação da noção de um significado metafórico por outro meio: a partir da tese de que, seja qual for a natureza das realizações de metáforas, estas (as realizações) não podem ser identificadas com um *conteúdo cognitivo*. Esta nova função atribuída ao DP permite que Davidson encare a parafraseabilidade das realizações de metáforas sejam estas dignas do título de significado ou não. Assim como na primeira resposta, Davidson responde negativamente ao desafio, mas, desta vez, as razões da sua resposta são úteis à questão da redutibilidade. Davidson sustenta a imparafraseabilidade literal tendo por base o fato de que o funcionamento de uma metáfora é essencialmente distinto de frases literais: metáforas não afirmariam algo, mas nos fariam “ver coisas como outras”. Esse mecanismo de funcionamento dota os efeitos das metáforas de dois aspectos que dão razão à sua imparafraseabilidade. Em primeiro lugar, ele torna o escopo do que metáforas nos fazem ver infinito. Em segundo lugar, ele faz com que os efeitos de metáforas não sejam, em grande medida, de natureza proposicional, envolvendo conteúdos insubstituíveis por palavras, como é o caso da representação de certas imagens.

Assim como Davidson<sup>134</sup>, Black possui uma noção muito pouco restrita do que está sujeito à paráfrase, a qual inclui “whatever a competent hearer may be said to have grasped when he succeeds in responding adequately to the actual or hypothetical verbal action consisting in the serious utterance of the sentence(s) in question”<sup>135</sup>. A resposta de Black também é negativa, Black afirma que “[t]he literal paraphrase inevitably says too much - and with the wrong emphasis”<sup>136</sup> e também que ela “neglects the ambience [the suggestion and valuations] of the secondary subject”<sup>137</sup>. No entanto, como defendido na seção 3.1, as duas descrições mais precisas que Black faz do processo de funcionamento de metáforas (a partir da aproximação com as noções de filtro e de modelo) não dão conta dos seus aspectos irredutíveis, tornando as explicações desses, em grande medida, especulativas.

---

<sup>134</sup> Na sua segunda formulação do DP.

<sup>135</sup> BLACK, 1977, p. 437.

<sup>136</sup> BLACK, 1954, p.293.

<sup>137</sup> BLACK, 1977, p. 443.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVEZ, Rubens. **Por uma educação romântica**. Campinas-Sp: Papirus, 2002. 207 p.

BLACK, Max. **Metaphor**. Proceedings of the Aristotelian Society, Oxford, vol. 55, pp. 273-294, Outubro, 1954. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4544549>. Acesso em: 04/11/2021.

\_\_\_\_\_. **More about metaphor**. Dialectica, ., v. 31, n. 3-4, p. 431-457, dez. 1977. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1746-8361.1977.tb01296.x>. Acesso em: 30 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **How Metaphors Work: A Reply to Donald Davidson**. Critical Inquiry, v. 6, n. 1, p. 131–143, 1979. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/448033>>. Acesso em: 28 set. 2022.

BURKHARDT, Armin. **Searle on metaphor**. In: BURKHARDT, Armin (Org.). *Speech Acts, Meaning and Intentions*. Berlin, New York: DE GRUYTER, 1990. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9783110859485.303/html>>. Acesso em: 30 set. 2022.

CAMP, Elisabeth. **Metaphor and That Certain ‘Je Ne Sais Quoi’**. Philosophical Studies, v. 129, n. 1, p. 1–25, 2006. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s11098-005-3019-5>>. Acesso em: 28 set. 2022.

DAVIDSON, Donald. **What Metaphors Mean**. Critical Inquiry, Chicago, vol. 5, nº 1, pp. 31-47, Setembro, 1978. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1342976>. Acesso em: 04/11/2021.

DAVIES, Martin. **Idiom and Metaphor**. Proceedings of the Aristotelian Society, v. 83, n. 1, p. 67–86, 1983. Disponível em: <https://academic.oup.com/aristotelian/article-lookup/doi/10.1093/aristotelian/83.1.67>>. Acesso em: 30 set. 2022.

FOGELIN, Robert J. **Figuratively speaking**. Rev. ed. New York: Oxford University Press, 2010.

FORCEVILLE, Ch; URIOS-APARISI, Eduardo (Orgs.). **Multimodal metaphor**. Berlin ; New York: Mouton de Gruyter, 2009. (Applications of cognitive linguistics, 11).

HILLS, David. **Problems of Paraphrase: Bottom’s Dream**. Baltic International Yearbook of Cognition, Logic and Communication, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <https://newprairiepress.org/biyclc/vol3/iss1/9>>. Acesso em: 30 set. 2022.

JOHNSON, Mark (Org.), **Philosophical perspectives on metaphor**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1981.

MÁCHA, Jakub. **Metaphor in Analytic Philosophy and Cognitive Science**. Revista Portuguesa de Filosofia, v. 75, n. 4, p. 2247–2286, 2020. Disponível em: <[https://www.publicacoesfacil.pt/product.php?id\\_product=1318](https://www.publicacoesfacil.pt/product.php?id_product=1318)>. Acesso em: 28 set. 2022.

\_\_\_\_\_. **Searle on metaphor**. Organon F: Medzinárodný Časopis Pre Analytickú Filozofiu, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 186-197, 2012. Disponível em: <http://www.klemens.sav.sk/fiusav/doc/organon/prilohy/2012/2/186-197.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

MANNNS, James W. **Metaphor and Paraphrase**. The British Journal Of Aesthetics, [S. L.], v. 4, n. 15, p. 358-366, 01 abr. 1975. Trimestral. Disponível em: <https://academic.oup.com/bjaesthetics/article-abstract/15/4/358/29496?redirectedFrom=PDF>. Acesso em: 24 ago. 2021.

RECANATI, François. **Literal meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

REIMER, M. **The problem of dead metaphors**. Philosophical Studies, v. 82, n. 1, p. 13–25, 1996. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/BF00355292>>. Acesso em: 29 set. 2022.

REIMER, Marga; CAMP, Elisabeth. Metaphor. In: LEPORE, Ernie; SMITH, Barry C. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Philosophy of Language**. 1. ed. [s.l.]: Oxford University Press, 2009, p. 845–863. Disponível em: <<https://academic.oup.com/edited-volume/38631/chapter/335286349>>. Acesso em: 30 set. 2022.

RICHARDS, I. A. **The philosophy of rhetoric**. Reprint. London: Oxford Univ. Press, 1976.

SEARLE, John R. **Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts**. 13ª edição. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. **Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language**. 34ª edição. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2011.

WARNER, Martin. **Black's Metaphors**. The British Journal Of Aesthetics, [S. L.], v. 4, n. 13, p. 367-372, 01 abr. 1973. Trimestral. Disponível em: <https://academic.oup.com/bjaesthetics/article-abstract/13/4/367/123486?redirectedFrom=fulltext>.

WERNECK, Humberto (Org.). **Boa companhia: crônicas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.